



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVI - Nº 012 - QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa Diretora não disponível.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 14 DE MARÇO DE 2001

1.1 – ABERTURA

**1.2 – FALA DA PRESIDÊNCIA (Senador
Jader Barbalho) Referente à finalidade da ses-
são, destinada a homenagear o Dia Internacional
da Mulher**

5490

1.2.1 – Oradores

Senadora Emilia Fernandes

Deputada Jandira Feghali

O Sr. Presidente (Deputado Aécio Neves)

Senadora Marluce Pinto

Deputada Lúcia Vânia

Deputada Iara Bernardi

Senadora Marina Silva

Deputada Luiza Erundina

Deputada Elcione Barbalho

A Sra. Presidente (Deputada Telma de
Souza)

Deputada Luci Choinacki

Fala associativa da Presidência (Senadora
Emilia Fernandes)

Senadora Maria do Carmo Alves

Senador Eduardo Siqueira Campos

Senador Arlindo Porto

5490

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCA- LIZAÇÃO

3 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

4 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 2ª Sessão Conjunta (Solene), em 14 de Março de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

**Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Aécio Neves e das Sras. Emilia Fernandes,
Zulaiê Cobra e Telma de Souza.**

(Inicia-se a sessão às 10 horas)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Tenho a honra, na condição de Presidente do Congresso Nacional, de declarar aberta a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Convido a compor a Mesa as Senadoras Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Emilia Fernandes e as Srs. Deputadas Jandira Feghali e Iara Bernardi. Da mesma forma, tenho a honra de convidar a Drª Solange Bentes, Presidente do Conselho Nacional da Mulher.

Teremos agora o privilégio de ouvir as apresentações dos corais da Fundação Bradesco e do Senado Federal.

(Apresentação dos corais)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Cumprimos e agradecemos o Coral da Fundação Bradesco pela apresentação.

Agora, teremos a apresentação do Coral do Senado.

(Apresentação do Coral do Senado)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Cumprimos e agradecemos o coral do Senado Federal pela apresentação.

Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a data do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – tem sua origem na luta das mulheres pela defesa dos seus direitos sociais, econômicos e, por que não dizer, políticos. A história registra que, nesse dia, em 1857, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, operárias tecelãs pagaram com a vida a defesa de suas reivindicações.

Desde então, as demandas femininas passaram a ter mais visibilidade, com participação mais ampla das mulheres na sociedade. Ao longo do tempo, a história, particularmente no Brasil, registrou essa presença cada vez mais intensa das mulheres.

Ano passado, inclusive, destacamos essa trajetória de 500 anos de participação, por meio da lembrança de nomes que se destacaram nas diversas áreas de atividade; desde a índia Clara Camarão, no combate aos holandeses, passando por Anita Garibaldi e sua participação na Revolução Farroupilha até Leila Diniz, com sua desafiadora rebeldia existencial e cultural.

Amanhã, estaremos aprovando, nesta Casa, uma proposta de minha autoria, que institui o "Diploma Mulher Cidadã – Bertha Lutz", com o objetivo de implementar, no Senado Federal, mecanismo capaz de lembrar e valorizar o trabalho de mulheres de todo o Brasil que se tem destacado na luta pela igualdade e pela justiça social. Dessa forma, o Presidente desta Casa reafirma o seu compromisso de buscar agilização de projetos de interesse defendidos pela Bancada Feminina do Congresso Nacional.

Nos últimos anos, temos conquistado importantes avanços no terreno político, com o aumento da participação feminina nos Parlamentos e Executivos, em todas as instâncias, como o registrado nas últimas eleições. Um avanço ainda insuficiente, é verdade, diante da necessidade e da urgência de se conquistar a igualdade, mas importante para se estimular a nossa luta cotidiana, que supera dificuldades históricas e se propõe a enfrentar sempre novos desafios.

Neste ano, também com a Bancada Feminina à frente das mobilizações, definimos a bandeira "NENHUM DIREITO A MENOS – DIREITOS A MAIS", demarcando o terreno de luta para o ano legislativo que está, definitivamente, iniciando – aqui está o chamamento dos nossos compromissos.

No Brasil moderno, especialmente desde a "ERA VARGAS", as mulheres obtiveram importantes conquistas sociais e trabalhistas, inscritas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e na Constituição Federal.

Apesar disso, mais recentemente, esses direitos têm sido sistematicamente atacados, com o objetivo de impor retrocessos inaceitáveis. No ano passado, por exemplo, impedimos que o direito à remuneração integral da licença-maternidade fosse reduzido, abrindo caminho, certamente, para a supressão total dessa conquista histórica das mulheres.

Na raiz desses ataques, está o atual modelo neoliberal, em sua essência antidemocrática e avesso a tudo o que a participação e a presença das mulheres têm representado nas sociedades brasileira e mundial.

Em sua cruzada de corrupção, de impunidade, de afronta aos Estados nacionais e de exclusão social, o neoliberalismo é, por necessidade de sobrevivência, contrário a qualquer princípio que aponte para os interesses coletivos. E, dentre eles, evidentemente, está a IGUALDADE, conquista fundamental para se estabelecer a plena democracia na sociedade humana.

Exemplo desse descompromisso, não apenas com as mulheres, mas com a Humanidade, é o assassinato da sempre lembrada e querida ex-Deputada Ceci Cunha, em Alagoas, até hoje vergonhosamente impune e, ainda mais grave, empurrado para o esquecimento, como vem ocorrendo com muitos casos de violência e de corrupção denunciados nos últimos anos. Ceci está aqui, é lembrada, não está esquecida; e a justiça será feita!

Por outro lado, companheiros e companheiras, ilustres Senadores e Deputados, lutamos pela reformulação dos Códigos Civil e Penal, de modo a adequá-los à realidade que permeia as relações humanas. Do mesmo modo, pelo efetivo acesso à Justiça, tornando-a célere e de eficácia social, porque a morosidade dos julgamentos pode ser tão cruel para a vítima quanto a própria agressão sofrida.

A crescente conscientização tem levado à elaboração de leis em defesa dos direitos da criança, do idoso e da mulher. Mas as leis não podem mudar corações, que é onde estão as raízes da injustiça e do preconceito.

As mulheres não são donas da verdade, nem estão imunes ao vírus que ataca e corrompe o Poder, mas, com certeza, a história tem dado provas de que as mulheres, com sua sensibilidade e transparência, podem contribuir decisivamente para mudar o quadro atual.

Nunca antes a sociedade brasileira, especialmente, precisou de tanto compromisso com a ética e com a moralidade pública para superar os seus problemas e avançar na construção do País.

É nesse campo de luta que, nesse momento, estamos sendo chamadas a atuar, com a certeza de que temos importantes contribuições a dar.

É urgente que a sociedade reaja, até mesmo ocupando as ruas do País, para dar um BASTA a essa sucessão de escândalos, tão graves e tão rumorosos quanto o esforço que certas autoridades despendem para abafá-los.

Nós, mulheres, que já conquistamos o que parecia impossível e continuamos a luta por uma sociedade humanamente diversa e socialmente igual e livre, recorremos à consciência e à responsabilidade da opinião pública e da imprensa para condenarmos coletivamente a insensibilidade e a impunidade, que ainda vigoram no Brasil.

Desde que o regime neoliberal instalou-se no País, a corrupção alcançou índices iguais ou mais altos do que as taxas de juros que drenam recursos da sociedade, do Brasil, da produção e dos trabalhadores para o sistema financeiro.

É certo que a corrupção sempre existiu, mas também é uma verdade incontestável que, nos últimos tempos, atingiu uma dimensão que já beira ao deboche, ao achincalhe do povo brasileiro. Não apenas pelos volumes envolvidos, que se poderia medir pelo "índice Lalau", mas pela desfaçatez com que se empurra caso após caso para debaixo do tapete.

A corrupção, com os seus volumes financeiros, personagens e finalidades escusas, diferentes a cada mês, pelo menos, corrói valores, destrói direitos e compromete a democracia, pelo peso do dinheiro sujo, do tráfico de influência e da compra e venda de votos e consciências.

Em pouco espaço de tempo, tivemos o caso da mal explicada ajuda financeira aos bancos, da compra e venda de votos para reeleição, do escândalo envolvendo o Fórum Trabalhista de São Paulo e de outros que tomariam muito tempo para serem citados.

Agora, nesse momento, assistimos a uma enxurrada de denúncias que exigem a mais completa apuração pelo Congresso Nacional, tanto pelo seu conteúdo quanto pelos protagonistas envolvidos, sob o risco de esta Casa aprofundar mais o seu desgaste junto à opinião pública.

É fundamental, portanto, nesse momento, que se instale uma ou quantas CPIs sejam necessárias para se fazer uma varredura em todas as denúncias, para que se punam ou se absolvam os envolvidos. É preciso restabelecer a credibilidade neste País, que não aceita que sejam banalizadas a violência, a agressão e a corrupção.

Nesse sentido, atendendo à própria sugestão do Ministro da Justiça para que sejam agilizadas legislações específicas, lembro, aqui, que tramita na Câmara Federal, esperando inclusão em pauta, projeto inclusive de minha autoria, criando o "Disque-Violência", um número unificado, em nível nacional, para se combater toda e qualquer forma de injustiça contra crianças, mulheres, enfim, contra qualquer pessoa.

No momento em que se propagam bailes **funks**, músicas falando de "tapinha não dói" e outras bem mais agressivas – e, diria, até imorais –, é fundamental, além de combater as causas da violência, dotar as mulheres de instrumentos capazes de defendê-las das agressões.

Diante desses fatos, saudamos a iniciativa do Governo brasileiro de aderir ao Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres. Adotado pelas Nações Unidas em 1999, e em vigor desde 22 de dezembro de 2000, o protocolo prevê a possibilidade de se apresentarem ao Comitê da ONU queixas e denúncias individuais sobre casos de discriminação contra as mulheres.

É fundamental, portanto, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Parlamentares, ilustres convidadas, que o Protocolo transforme-se imediatamente em realidade, com o seu envio ao Congresso Nacional em caráter de prioridade política, para apreciação e ratificação, o que, certamente, contará com a sensibilidade e o apoio dos parlamentares brasileiros – homens e mulheres.

A exclusão social é a outra face desse regime que corrói os valores sociais, é o principal fomento da violência, que explode nas ruas, dentro dos presídios, nas portas das escolas, e que atinge as mulheres pela violência física, pelo estupro ou pelo desrespeito à sua condição feminina.

Essa luta, portanto, de superação do atual estágio de barbárie social, econômica e política, imposta pelo neoliberalismo, é de interesse de todo o povo, mas, acima de tudo, das mulheres.

Ainda que a pobreza atinja os lares em geral, devido à divisão do trabalho sobre a base de gênero e as responsabilidades relativas ao bem-estar familiar, as mulheres suportam uma carga desproporcionada ao administrar o consumo e a produção do lar, em condições de crescente escassez.

Os malefícios desse regime atingem a todos, mas, de forma especial, se abatem sobre as mulheres, que têm dificultada a participação política, perdem espaço no mercado de trabalho, têm seus salários ainda mais desqualificados e seu corpo e sexualidade banalizados ao extremo da pornografia.

Mais do que nunca, nós, mulheres atuantes e articuladas, temos o dever de abrir espaço, marcar a diferença, reagir a essa crise geral que se abate sobre a sociedade brasileira, exigindo que, antes de tudo, as autoridades passem a dar exemplo de respeito às questões públicas.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Parlamentares, ilustres convidados e convidadas, que este 08 de março, neste início do Terceiro Milênio, assinale definitivamente que o exemplo, a ética, a coerência e afirmação de valores positivos ainda são responsabilidade da família, da escola e da sociedade. E que o mundo pacífico, justo e humano que desejamos passa pela ação imediata e conjunta de homens e de mulheres, mas, essencialmente, das mulheres.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Registro a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, a quem convido para presidir os trabalhos. (Pausa).

O Sr. Jader Barbalho, Presidente do Congresso Nacional, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – É com muita honra que participo desta homenagem neste momento inusitado, e para mim inédito. Como Presidente da Câmara dos Deputados, por deferência do Presidente do Senado, assumo, mesmo que simbolicamente, por alguns instantes, a Presidência desta sessão.

É com muita satisfação que tenho a honra de conceder a palavra à ilustre Deputada Jandira Feghali, minha colega de Parlamento, que tem feito excepcional trabalho na defesa do País e, muito especialmente, nas causas que diretamente interessam à mulher brasileira.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, bancada feminina, mulheres de entidades, mulheres do povo, mulheres representativas de vários segmentos, funcionárias e funcionários da Casa, apesar do atraso de uma semana – e não poderia ser diferente, em função do cancelamento das atividades para se homenagear um homem público da mais alta importância no País, como foi o Governador Mário Covas –, ainda temos o mesmo sentimento do dia 08 de março, quando todas participamos, de alguma forma, das comemorações desse dia especial de registro público e político das nossas conquistas e também das nossas demandas e lutas.

Parece-me que é ainda meio frágil a nossa percepção de que já entramos no século XXI e falarmos em século passado parece uma coisa muito distante, apesar de ter sido há apenas três meses. Na verdade, ainda no século XXI, registramos dados, estatísticas e realidades que já marcavam o século XIX, e sem superação.

É inegável que o século XX foi importante e que as mulheres marcaram uma série de conquistas fundamentais em vários terrenos, mas também sabemos que o limite da nossa luta não é o plenário, não são os gabinetes, mas outros espaços de luta que precisamos voltar a fortalecer, para que realmente as nossas conquistas se façam reais – aquelas que já estão no papel – e se façam maiores na lei e na vida. Por isso, levantamos a bandeira de nenhum direito a menos e direitos a mais, porque, em perspectiva, o que estamos enxergando é a possibilidade de perda de direitos por um modelo econômico estabelecido, por políticas públicas estabelecidas e por recentes anúncios do próprio Governo Federal de que este é o ano da mudança da legislação do trabalho. Sabemos, historicamente, quem é a primeira vítima dessa mudança, e é claro que temos a legislação do trabalho para cuidar especificamente das políticas de gênero dentro dessa legislação.

Temos uma questão gravíssima na área de saúde, pois as mulheres, já no século XXI, ainda morrem para parir os seus filhos – é absolutamente inacreditável a estatística ainda vivida por este País. Há, porém, um aspecto que queremos realçar no mundo de hoje: o da violência contra a mulher.

Tenho em mãos dados do último Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, que diz que 70% do total dos que vivem em miséria absoluta são mulheres – e a pobreza é uma das mais fortes formas de violência; que dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres; que a sua carga horária diária de trabalho é aproximadamente 13% superior à dos homens e que o seu salário, em média, é 25% menor.

É bom que se diga que na América Latina e no Caribe, segundo relatório da Dr^a Valéria, do Comitê Latino Americano do Caribe de Defesa dos Direitos da Mulher, são gastos, para se atender a violência desferida contra a mulher, 14,2% do PIB, em média.

No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relações de afeto. Dessas violências, 40% resultam em lesões corporais graves, decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. Esses são dados de hoje, do último relatório de população e desenvolvimento.

Como se não bastasse, todos os fatores que interferem no núcleo familiar também o fazem nas relações de posse, porque somos compreendidas ainda como propriedade de alguém. Além do **stress** social a que são submetidos mulheres e homens, ainda temos a expressão cultural, que é muito forte para qualquer povo e para qualquer civilização. A cultura é a identidade civilizatória, é o nosso idioma, são as relações de comportamento e também as expressões da arte.

E aqui vem um aspecto que quero realçar, aliás, já realçado por outras Deputadas com muita força. Refiro-me ao aspecto da expressão da arte, particularmente atual, e que vem levando à vulgarização da imagem feminina, a sua história, a sua sexualidade e o seu papel social, além de sua própria ação política. Aqui não vai nenhuma colocação contrária a uma expressão cultural como o **funk**. O **funk** é uma expressão cultural da periferia rebelde, da periferia socialmente desprovida. O **funk** tem um valor sociológico, antropológico que devemos respeitar e valorizar. No entanto, a sua ampliação até a classe média – creio que por uma visão mercadológica, desrespeitosa e discricionária – levou a uma distorção dessa expressão cultural, com a massificação comercial e mercantil, onde passamos a ser consideradas – depois de anos de luta contra a violência e a favor de um posicionamento na sociedade que nos valorize a competência e o nosso papel social – as “tchutchucas”, as “popozudas”, as “preparadas”, ou as “purpurinadas”, levando a nossa imagem a uma vulgarização com muita simplicidade e naturalidade. É o tapa que não dói, ou o tapa na cara, enfim, todas as outras formas de expressão que, lamentavelmente, a música, expressão cultural muito mais forte que qualquer discurso, tem levado à vulgarização da nossa imagem.

Não somos contra a expressão cultural do **funk**, mas temos que abordar o aspecto da nossa vulgarização e da violência contra nós contidas nessa distorção da expressão cultural, força essa que nos massificou. Hoje, crianças, idosos – homens e mulheres – cantam essas músicas. Isso sem falar do que vem ocorrendo com as adolescentes, que são chamadas de “tchutchucas” – adolescentes de 13 a 14 anos, às quais estão prontas para qualquer tipo de ação e de vulgarização do seu papel e da sua juventude. Então, para todos esses aspectos devemos ter muita atenção. A expressão cultural tem muita força. A expressão da arte tem muita força. Penso que não cabe, nesse processo, qualquer ação repressiva. Cabe sim a conscientização e a preparação que temos que fazer junto à sociedade para enfrentarmos relações de comportamento e de violência, além do papel da mi-

dia nessa massificação causando esse tipo de distorção. São polêmicas que nós, aqui, temos que enfrentá-las. Inclusive encaminhei ao Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, um pedido para que S. Ex.^a coloque em pauta a instalação do Conselho de Comunicação Social, o qual já está aprovado desde 1991. Trata-se de um órgão assessor do Congresso Nacional, não deliberativo, mas consultivo, com representação da sociedade civil, inclusive na área da mídia – falada, escrita e televisionada – e que poderá ter discussões mais abertas e mais ponderadas sobre todo esse processo do uso e da atuação da mídia no que toca aos valores sociais, e, dentro dela, os valores de gêneros, os valores da mulher.

Eu gostaria ainda de expressar uma preocupação política com o nosso papel neste momento. Como disse a Senadora Emilia Fernandes, a questão da ética na política é um aspecto que nos toca. Ou isso não é um problema nosso? Isso também é um problema nosso. Acho que retomar a credibilidade da ação política neste País é um problema nosso. Hoje, lamentavelmente, espirrando para todos os Poderes da República, a questão da corrupção precisa ser enfrentada. Precisamos apurar tudo; doa a quem doer. E que se punam aqueles que, ao desviar o recurso público, o está desviando do medicamento, lá na ponta, o está desviando da previdência da trabalhadora rural, o está desviando do atendimento hospitalar e o está desviando da escola. Portanto, qualquer corrupção e desvio do dinheiro público retira da ação política e social, na ponta desse sistema, que, em última instância, é o usuário, o cidadão. Cabe às mulheres representativas, às mulheres deste País enfrentarem com coragem esse confronto hoje vivido pela sociedade brasileira. Não há nada que possamos fazer sem que discutamos a retomada da credibilidade na ação política deste País. Que doa no Executivo, que doa no Legislativo – Senado e Câmara –, que doa no Judiciário, ou no Ministério Público, seja onde for, mas essa é uma questão nossa, que devemos assumir como uma questão ética, política, fundamental neste País.

Por fim, quero homenagear o conjunto das mulheres que, nessa bancada, têm feito um esforço coletivo para avançar. Acho que se conseguirmos, na Câmara e no Senado, entre hoje e amanhã, aprovarmos projetos que estão há anos tramitando nas duas Casas será uma forma concreta de apoio às mulheres. Que avancemos não apenas no discurso, mas na legislação. E que depois se cobre das políticas públicas, não que eles façam **marketing** em nosso nome, mas que tenham políticas de gênero em todas as políticas e em todos os setores. De **marketing** estamos

absolutamente cansadas! É o **marketing** do que fez na saúde; é o **marketing** do que fez na área da reforma agrária; é o **marketing** na área da violência, mas, objetivamente, a situação e os fatos demonstram que não está passando de **marketing** as ações das políticas públicas. Precisamos fazer isso avançar no Legislativo, a fim de que isso possa repercutir na vida da trabalhadora rural, lá no interior deste País, e na vida da mulher urbana, para que ela seja encarada como trabalhadora e não como escrava. Queremos ser reconhecidas como trabalhadoras e termos nossos direitos assegurados!

Deixo aqui a homenagem do Partido Comunista do Brasil, que tem assento nesta Casa, fazendo, realmente, um chamamento à bancada feminina no sentido de que não percamos a nossa organização política aqui dentro.

Fui informada, ontem, pela **TV Câmara**, de que, a pedido do Presidente da Casa, serão feitos programas semanais temáticos, por bancada, obedecendo a um sistema de rodízio entre Deputadas e Senadoras. Penso que devemos ocupar todos os espaços de comunicação que pudermos, num conteúdo justo e de luta, para que expressemos para a sociedade brasileira aquilo que lamentavelmente a grande mídia nem sempre o faz – ou o faz de forma distorcida. Acredito ser esse o nosso papel, qual seja: representar parcelas da sociedade para fazer valer os nossos direitos na Casa, mas fazê-lo valer, fundamentalmente, na rua e na vida de cada cidadã brasileira, que espera de nós uma atuação combativa, guerreira, corajosa e justa.

Minhas homenagens a todas. (Palmas)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Antes de passar a palavra à próxima oradora inscrita, à ilustre Senadora Marluce Pinto, para, em seguida, passar a Presidência desta sessão à ilustre Senadora Emilia Fernandes, eu gostaria de registrar que participo dessa homenagem na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, com a compreensão de que mais do que uma homenagem formal à mulher – que, infelizmente, por razões que todos sabemos, não pôde se dar na data previamente marcada em função naturalmente do passamento do Senador Mário Covas – há uma compreensão clara por parte do Presidente da Câmara dos Deputados – estou convencido de que não é diferente por parte do Presidente do Senado Federal – de que precisamos, de forma absolutamente urgente, enfrentar com clareza questões que afligem a mulher no Brasil.

Recebi, recentemente, solicitação de pedido de matérias a serem votadas na Casa, encaminhada não só por companheiras de bancada, mas também por outras companheiras, especialmente feita pela Deputada Jandira Feghali – inclusive, nesse instante, vou abrir uma reunião de Líderes, onde o primeiro assunto da pauta será a priorização de um elenco de matérias que foram já levantadas, muitas delas há quase uma década tramitando na Casa – e que dizem respeito mais diretamente à questão da mulher. Pretendemos fazer desta sessão mais do que uma homenagem formal à mulher. Pretendemos colocar em votação, se possível ainda esta semana – algumas não poderão entrar em pauta nesta semana, devido a uma cronologia que seria determinada a partir desta reunião de hoje –, importantes matérias que dizem respeito à garantia dos direitos e à ocupação de espaços, cada vez maior, pela mulher na sociedade.

Comunico, de público, às Sr^{as} Senadoras e às Sr^{as} Deputadas, que já encaminhei ofício à Comissão de Ciência e Tecnologia da Casa – estou aguardando resposta – para que possamos, definitivamente, instalar o Conselho de Comunicação. Para isso é preciso que haja uma manifestação da Comissão de Ciência e Tecnologia, onde se encontra o projeto. A nossa idéia é instalá-lo urgentemente como instrumento de referência nas questões afeitas não apenas à mulher, mas à sociedade como um todo, particularmente às minorias.

Portanto, fica aqui a minha homenagem ao trabalho que as senhoras vêm desempenhando no Congresso Nacional. Em relação à Câmara dos Deputados, posso garantir que haverá sempre uma enorme e sincera disposição de contribuir para que esses espaços sejam garantidos, para que haja, ano a ano, passo a passo, uma representação no Congresso Nacional cada vez mais próxima da importância que a mulher tem hoje na sociedade brasileira.

Meus cumprimentos às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares aqui presentes nesta homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Com muita satisfação, passo a palavra à ilustre Senadora Marluce Pinto. Ao mesmo tempo em que me ausento, passo a presidência dos trabalhos à ilustre Senadora Emilia Fernandes.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Emilia Fernandes.

A SR^a PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Antes de conceder a palavra à Senadora Marluce Pinto, anuncio que a Deputada Jandira Feghali se retira para participar da reunião de Líderes, a fim de estabelecer a prioridade dos projetos de interesse da bancada feminina.

Convido a Deputada Luíza Erundina para compor a Mesa.

Informo que estamos fazendo um sistema de rodízio na Mesa com as mulheres parlamentares, para que todas tenham a oportunidade de presidir a sessão e compor a Mesa, demonstrando o respeito e a valorização que temos por todas as companheiras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SR^a MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados aqui presentes, aproveito a oportunidade para ressaltar que, lá do Estado de Roraima, tão distante, estão aqui duas Prefeitas: Otília Pinto, do Município que faz fronteira com o Estado do Amazonas, e Flora, do Município de Uiramutã, que faz fronteira com a Venezuela.

Ouvi, com muita atenção, os pronunciamentos de todos os Colegas que me antecederam nesta homenagem.

Pude perceber que, a par das dificuldades ainda existentes, a mulher, brasileira ou não, vem ocupando significativos espaços diante da realidade atual e sobre os novos rumos que toma a humanidade.

No Brasil e no mundo, de forma ágil, caem por terra discriminações contra a mulher que, até bem pouco tempo, eram aceitas como “naturais”. Ao mesmo tempo, no mundo inteiro, as mulheres ocupam, cada vez mais, funções as mais diversas, inclusive aquelas consideradas exclusivas do sexo masculino.

Em nosso País, a marca da presença feminina está-se fazendo em todos e quaisquer setores de trabalho e, o que é melhor, com reflexos altamente positivos onde ela se inclui.

As mais recentes conquistas efetivadas por mulheres – prova indiscutível nesse processo de equiparação entre os sexos – foram a escolha, pela primeira vez na História, de uma mulher para o Supremo Tribunal Federal, a Dr^a Ellen Northfleet, e a eleição de Marta Suplicy para dirigir a maior metrópole brasileira, antes já dirigida pela nossa nobre Deputada Luíza Erundina.

Uma pesquisa nacional elaborada pelo IBGE, no ano passado, representa prova indiscutível da força de trabalho e da ativa participação da mulher brasileira em todos os níveis de atividades.

Os números captados pelo Instituto não deixam dúvidas: das 800 mil vagas de trabalho abertas no ano passado, mais de 60% foram ocupadas por mulheres. Melhor ainda é quando o fato registra que as vagas que exigiram nível superior e 2º grau completo foram em mais de 50% ocupadas pelo sexo feminino.

Nós, mulheres, representamos, nos dias de hoje, 97% de todos os assistentes sociais e fonoaudiólogos deste País. Somos também 91% dos enfermeiros; 89% dos psicólogos; 77% dos professores; 59% dos advogados; 54% dos médicos; 52% dos serventuários da Justiça; 50% dos dentistas, arquitetos e professores universitários; 46% da massa de servidores públicos; e 47% dos profissionais de jornalismo.

A bem da verdade, não existem barreiras que impeçam a presença feminina onde quer que o trabalho se faça necessário. No campo e na cidade, no Legislativo e no Executivo, nas escolas e nos Tribunais, civil, fardada ou togada, por onde quer que se vá, lá estão competentes e decididas brasileiras contabilizando sucesso.

No Estado de São Paulo, por exemplo, um dos mais prósperos deste País, a participação da mulher na população economicamente ativa teve um aumento superior a 45% nos últimos três anos; as mulheres taxistas aumentaram em 900% nos últimos 8 anos, e as dentistas e médicas tiveram crescimento da ordem, respectivamente, de 250% e 450% nos últimos 20 anos. Em 1994, 35% das paulistas possuíam o ensino médio completo. Hoje, somam 43%.

Entre todos os trabalhadores brasileiros, a participação da mulher saltou dos 47%, em 1994, para 51% nos dias atuais.

Em 1990, as mulheres eram responsáveis por menos de 20% das famílias brasileiras. Hoje, representam 26%, abraçadas integralmente aos cuidados do lar, da saúde, da educação e das finanças da família.

Na política, à exceção do cargo de Presidente da República, estamos em todos os demais cargos, de Governadora a Vereadora, sendo que a edilidade feminina teve um aumento superior a 100% nas duas últimas eleições.

Em 1992, havia 171 prefeitas municipais. Em 1996, éramos 302 e, hoje, já somos 317 – um crescimento de 85% em apenas oito anos. O melhor é que as mulheres, hoje, estão à frente do Executivo municipal em seis capitais.

Somos também maioria entre os eleitores brasileiros. O Tribunal Superior Eleitoral informa, oficialmente, que os eleitores homens somam 54,1 milhões, enquanto nós, mulheres, somamos 55,4 milhões votos. Diante das urnas, portanto, a diferença a nosso favor é de 1,3 milhão votos. E, a prevalecer o índice do censo de 2000, que indica o nascimento de mais mulheres a cada ano, nas próximas eleições esse número será bem maior.

Srª Presidente, meus nobres Colegas, ilustres convidados, se analisarmos a questão sob a ótica dos séculos e séculos de superação masculina pelos mais diversos motivos, podemos afirmar que o pé-de-igualdade entre homens e mulheres, em solo brasileiro, está-se estabelecendo. As duas últimas décadas, com mais ênfase, foram recheadas de conquistas jamais antes imaginadas.

Faço vênias, com o maior respeito e admiração, a todas as mulheres que no passado deram os primeiros passos em direção à igualdade de condições e ousaram romper os laços da opressão e da subordinação. Não me esqueço também de homenagear tantas outras que, no anonimato, mas nem por isso menos destemidas, trilham os mesmos caminhos.

Mas quero também falar um pouco sobre a sábia natureza.

Não acredito que foram por acaso, nem tampouco um capricho da natureza, as claras diferenças que perduram entre homens e mulheres.

Acredito que fomos, sim, homens e mulheres, premiados com a igualdade da inteligência, da vontade, da capacidade, da coragem, das virtudes, dos medos e até mesmo da força, limitada esta, às vezes, diante de imposições naturais que nos impedem de exercê-la em sua plenitude.

Se o ato de ser mãe a nós é único, somos iguais na concepção. E essa igualdade permanece, quando também a ambos, pai e mãe, cabe a responsabilidade da educação dos filhos e sua orientação para a vida.

Não nos cabe, também, inquirir a natureza pelo fato de que melhor dotou o homem de força física. Alguma razão, natural e única, houve por bem assim fazer.

Assim me manifesto porque, ao acreditar que homens e mulheres podemos ser iguais nas fronteiras do conhecimento e do trabalho, da mesma forma acredito que devemos, também, perpetuar nossas condições de masculinos e femininas.

Meus nobres Pares, certo é – e aqui foram farta e muito bem colocadas – que, no rol das igualdades entre homens e mulheres, inúmeras injustiças ainda persistem. São, acredito, entulhos de um sistema dominante falido, que alguns poucos insistem em conservar. Resumindo, posso dizer um ditado popular que nos dá conta de que “o uso do cachimbo deixa a boca torta”.

A ONU, por exemplo, em recente relatório, afirma que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo e somam dois terços do contingente de analfabetos do planeta.

No Brasil, informações oficiais mostram que, apesar do aumento da força de trabalho, as mulheres continuam a receber menos que os homens em trabalhos correlatos e que pouco mais de um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada. No trabalho informal, onde a presença feminina é superior a 60%, e no campo, onde 50% são trabalhadoras, os benefícios mínimos garantidos constitucionalmente a qualquer cidadão são praticamente 100% desprezados. Nestas duas áreas, outra grave constatação é a de que crianças e adolescentes são explorados em trabalho quase escravo.

Nas cidades, informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação mostram que, em nosso País, cerca de 500 mil mulheres, anualmente, sofrem algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais. A situação é mais grave quando se sabe que 95% dos casos de agressões a menores são praticados contra crianças do sexo feminino.

Contra tudo isso, porém, existem homens e mulheres que, ombro a ombro, lutamos para dar um basta em tanta contradição, em tanta injustiça.

Hoje estamos comemorando o Dia Internacional da Mulher, que é muito mais do que um dia de simples homenagens. É mais um dia de luta. E confesso que é com alegria que vejo, nesta hora, homens e mulheres irmanados em torno de um mesmo objetivo.

Como mulher e legisladora, deixo um apelo aos dirigentes maiores da Nação e aos colegas Parlamentares: vamos fazer respeitar o que está escrito no art. 5º de nossa Carta Magna, segundo o qual todos somos iguais perante a lei e homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. E, acima de tudo, vamos continuar, juntos, homens e mulheres, a desempenhar o mais sagrado dos deveres a nós confiado pela natureza: a perpetuação da espécie, sem jamais nos esquivarmos do primeiro mandamento: “Amai-vos uns aos outros”.

Nobres mulheres aqui presentes e mulheres do Brasil que estão me ouvindo, cada vez mais, vamos para a luta! É lutando que conseguiremos ocupar o nosso espaço. Não vamos recriminar sempre os homens. Nós recebemos apoio de nossos colegas Parlamentares na época da Constituinte – fui uma das Constituintes, e aqui está presente a nobre Deputada Lúcia Vânia, que também o foi – e aprovamos todas as emendas que apresentamos. Éramos somente 27 Deputadas. Não havia mulher eleita no Senado. Só a partir da eleição de 1990 foram eleitas duas Senadoras: Júnia Marise, do Estado de Minas Gerais, e esta colega que vos fala, do querido Estado de Roraima.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Antes de conceder a palavra à próxima oradora, Deputada Lúcia Vânia, do PSDB, quero registrar a presença da Secretária de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Drª Ivete Lund Viégas, que, neste ato, representa o Ministro da Justiça, José Gregori.

Devo dizer que a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Distrito Federal se encontra presente na pessoa de sua Presidente, Izaurina Louzeiro, assim como a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, por meio de sua Presidente, Maria Inês Bunning, e de sua Diretora-Tesoureira, Elza Dória Passos.

Os homens também prestigiam a nossa reunião. O Presidente do Sindilegis – Sindicato dos Servidores do Legislativo e do Tribunal de Contas da União –, Sr. Ronaldo Rodrigues, honra-nos com sua presença.

É importante também registrar a presença de Irani Santos Macuxi, representante da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima.

Concedo a palavra à Deputada Lúcia Vânia, do PSDB.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, convidados que nos honram com suas presenças, “se não for possível o sabor do fruto, que nos sobre o aroma da flor; se não pudermos contar com o aroma da flor, que nos reste ao menos a beleza do orvalho sobre as folhas; mas se nem isso nos for possível, que nos fique o vigor, a multiplicação contida na semente, assim como esperança será o nome deste Partido “que nasce hoje”. Essa citação foi feita pelo nosso líder maior, Mário Covas, ao fundar o PSDB, em 1990. A ele a nossa primeira homenagem, em meu nome, bem como no de Zulaiê Cobra, Marisa Serrano, Marinha Raupp, Yeda Crusius, Lídia Quinan, Fátima Peixes e Maria Abadia.

Falo aqui em nome do meu Partido, o PSDB, que tem a responsabilidade de mediar os contradiitórios, mas sem perder de vista o desenvolvimento econômico e social deste País. Falo aqui em nome de um Partido que tem a responsabilidade de se colocar como vanguarda da luta em favor dos direitos humanos. Falo aqui em nome de um Partido que tem o dever e o compromisso de apoiar e elaborar programas e projetos que vão solidificar as conquistas, enfrentando barreiras de toda natureza, quer orçamentárias ou comportamentais. Esse desafio não se separa da luta pelos direitos, pelas conquistas das mulheres.

É inegável, hoje, a conquista das mulheres nos espaços de negociação com o poder público e privado, como são inegáveis também os espaços conquistados na luta por melhor qualidade de vida, pela reforma agrária, pela organização dos movimentos comunitários e sociais em geral.

São inegáveis a conquista da mulher e o espaço aberto no mercado de trabalho. As estatísticas estão a nos mostrar o constante crescimento da presença das mulheres na população economicamente ativa. O mesmo crescimento podemos observar nas atividades exercidas por elas nessa população. Somos, hoje, cerca de 30% do conjunto dos trabalhadores. Mas se por um lado tivemos um avanço quantitativo no mercado de trabalho, quando se trata da renda vamos encontrar uma enorme disparidade entre a renda do homem e a renda da mulher. O homem brasileiro dispõe hoje de cerca de 76% da renda nacional.

Na educação, segundo o PNAD, avançamos e podemos comemorar a presença feminina na expansão da escolaridade, com o acesso da mulher no 2º Grau já ultrapassando o homem em cerca de 3%. Devemos também evidenciar aqui a presença marcante da mulher nas universidades.

Na Previdência, podemos computar alguns avanços: a expansão do salário maternidade, sem dúvida alguma, é uma grande conquista. Hoje, em cada quatro benefícios da Previdência, um é salário maternidade. A facilidade de acesso à Previdência levou, no ano passado, cerca de 1 milhão e 800 mil novos contribuintes, sendo que 1 milhão e 200 mil são mulheres, representando 65 % do total.

Srª Presidente, neste momento em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, nós, a Bancada feminina, escolhemos uma frase forte, que sintetiza o presente, mas uma frase que nos reporta ao futuro: Nenhum direito a menos! Direito a mais! Por um século de igualdade!

Sem dúvida alguma, esse é o grande desafio, e temos que enfrentá-lo. Destaco dois aspectos que consideramos muito importantes: o combate à violência contra a mulher e a busca determinada para a conquista dos espaços institucionais de poder. O combate à violência é uma batalha que não foi vencida e apresenta resistência. É uma luta que demanda vigor e determinação. Não podemos negar os resultados obtidos através das delegacias especializadas, mas não podemos também deixar de afirmar que nos incomodam e nos constroem o silêncio da sociedade e a resistência à denúncia. Isso, sem dúvida nenhuma, demanda de todos nós e da sociedade em geral uma nova frente de trabalho.

A Lei de Cotas, que reservou à mulher 30% de vagas nas estruturas partidárias, se olhada à luz das estatísticas, pode ser equivocadamente interpretada como algo que favoreceu a descrença da mulher pela atividade política. Mas devemos afirmar aqui que essa lei foi importante. E o foi porque abriu o debate e porque deu visibilidade à inexpressiva presença da mulher nos espaços institucionais do partido. Ela mostrou a resistência das estruturas partidárias em levar a presença feminina para o núcleo das decisões. Sabe-se que a maioria dos partidos ainda prefere colocar a mulher como um apêndice, alijando-as das decisões maiores do partido.

A nosso juízo, o grande desafio que temos nesta Casa será, sem dúvida nenhuma, a nossa luta em favor da reforma política.

Voto facultativo, financiamento público de campanha, democratização das estruturas partidárias e o fortalecimento dos partidos serão instrumentos poderosos que irão consolidar o processo democrático do nosso País, principalmente serão instrumentos a favor de consolidar a palavra "igualdade", dita um sem-número de vezes na Carta Cidadã. E agora, com essa reforma, teremos que efetivá-la, para que tenhamos uma sociedade que se quer igualitária. Essa é a nossa fé. Essa é a nossa esperança. Muito obrigada. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Muito obrigada, Deputada Lúcia Vânia. De imediato, passamos a palavra à Deputada Iara Bernardi do PT.

Queremos ainda registrar a importante presença de Alessandra Luzete, representando a Coordenação Confederativa dos Trabalhadores – CCT, da Drª Jean Loo Lowe, Presidente da Associação Feminina Chinesa no Brasil e que gentilmente fez a distribuição das rosas que embelezam o nosso plenário; de Guacira César de Oliveira, da Articulação de Mulheres Brasileiras; da Almira Rodrigues do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Cfemea.

Com a palavra a Deputada Iara Bernardi.

A SRª IARA BERNARDI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras e Deputadas, entidades feministas aqui representadas, todos aqui presentes, inclusive os que nos acompanham pela **TV Câmara**.

As Deputadas e Senadoras que me antecederam abordaram temas extremamente importantes com relação à mulher e à sociedade brasileira. A Deputada Jandira Feghali frisou a questão de direitos da mulher e sua presença na mídia. A Senadora Marluce Pinto também falou sobre a mulher. A Senadora Emília Fernandes abordou a questão da Lei de Cotas e também um tema terrível que continua no dia-a-dia das mulheres: a violência.

Todas nós que participamos das atividades e comemorações do Dia Internacional da Mulher presenciaremos o debate de alguns temas que infelizmente não são novos. O emprego, baixos salários, direitos não respeitados e a violência, sempre tema principal. As mulheres esperam demais de nós, Deputadas e Senadoras, porque temos aqui uma tribuna, porque podemos fazer leis, podemos falar, podemos protestar contra essa situação. Acho que a nossa responsabilidade aqui é muito maior.

Os temas abordados aqui aparecem no dia-a-dia das mulheres: a questão do emprego, das creches, que é um direito da criança e também da mãe trabalhadora, mas não está sendo respeitado. Repito que a violência doméstica é um tema sempre presente. O Governo precisa voltar a investir, com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, em políticas públicas de combate à violência, na criação de casas-abrigo, no incentivo à criação de entidades que discutam e debatam o tema da mulher nas cidades. Não podemos permitir que os cortes de recursos nas áreas sociais, de novo, prejudiquem projetos de saúde, de combate à violência, de educação e empregabilidade da mulher.

Cortes nas políticas públicas, em termos de orçamento, significam uma vida pior para as mulheres. É isto que as mulheres esperam de nós: que denunciemos, que falemos, que ajudemos a combater.

A sociedade brasileira, hoje, discute também, como foi levantado aqui pelas Deputadas e Senadoras, dois temas que estão alcançando grande repercussão: a violência na sociedade e a corrupção. Aí entra também a nossa responsabilidade. As mulheres esperam muito mais de nós aqui dentro. Que o olhar feminino, que a presença da mulher faça diferença no Parlamen-

to. Que não nos contaminemos com a corrupção e com aquilo que degrada as instituições brasileiras. Sobre a violência e a corrupção, as mulheres discutem: como vamos nos posicionar em relação a isso?

Outro tema é a mídia brasileira hoje. O que é mostrado pela mídia brasileira hoje? O que os canais de comunicação apresentam como representando a mulher e o feminino? Há uma grande revolta com relação a isso, ao controle dos meios de comunicação. Esse é um tema difícil, pois sempre se parte para o moralismo ou para a censura quando se fala em controle dos meios de comunicação e no tema mulher nos meios de comunicação. Não é isso o que queremos colocar. Tem importância enorme hoje o que os veículos de comunicação divulgam, influenciando nossas crianças e a sociedade. Eles usam e abusam da presença feminina e do corpo da mulher em propagandas.

Parece que os profissionais da mídia não têm mais criatividade para trabalhar, para fazer propaganda ou a divulgação de um produto sem o uso e o abuso do corpo feminino. Não há comercial de cerveja sem o abuso do corpo da mulher. As músicas incentivam a violência contra a mulher. Os programas de TV, que deveriam estar sendo mais fiscalizados, inclusive com o estabelecimento, pelo Ministério da Justiça, de horários e faixas etárias, não estão sendo respeitados. As mulheres queixam-se de que não é possível assistir aos programas que são veiculados para a família num domingo à tarde, um dos poucos meios de lazer da população brasileira.

Precisamos ter coragem, sem cair no moralismo e na censura, e voltar até a falar aqui no tema abordado pela companheira Jandira Feghali, que é o controle dos meios de comunicação pela sociedade civil. Já se avançou nessa questão em muitos países e aqui não. Aqui, a mídia manda e desmanda. Diz qual é o ritmo, qual é a música, qual é o tipo de programa que temos de aceitar. A mulher brasileira está sendo extremamente desrespeitada por esse setor, por essa área. Nós temos grupos que já estão discutindo isso: o Grupo TVer, em São Paulo, e o Grupo TV Bem, em Belo Horizonte.

Gostaria, formalmente, sobre o Dia Internacional da Mulher, de protestar contra o uso e abuso do corpo da mulher. Hoje, a mulher brasileira não se vê refletida nas novelas. A mulher brasileira – aquela que trabalha, que batalha, que tem dificuldade para criar os filhos, que tem preocupação com a violência, com o tráfico de drogas – não é retratada nos meios de comunicação e não se vê representada nas novelas.

Façamos aqui um chamamento a todos os setores que se interessam por esse assunto, que estão preocupados com a questão da mulher – as entidades feministas, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Congresso Nacional, todos os movimentos de mulheres do Brasil –, para que discutamos isso. Precisamos fazer uma grande reunião plenária no Congresso Nacional para debater esse tema, principalmente o uso da mídia e o seu controle. Não falo em censura ou moralismo, mas em controle. Não queremos que haja abuso nos meios de comunicação. Não é a mulher siliconada, a mulher que fez diversas operações plásticas, a mulher que mal sabe usar a gramática na TV que nos deve representar, mas a mulher brasileira de fato: aquela que luta, que batalha, que trabalha, que tem preocupações com os filhos e que ajuda a formar toda a riqueza nacional. É com essa mulher que nos devemos preocupar e não com o número de operações plásticas e outros temas destacados pela TV hoje e que inclusive nos envergonham. Não é esse o destaque que queremos.

Faço este chamamento às Deputadas e Senadoras, porque acho que elas têm essa tarefa também, assim como as entidades feministas, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e os movimentos de mulheres.

É esse o apelo que faço hoje, nesta sessão solene do Dia Internacional da Mulher. Discutamos a nossa presença na mídia, a influência, os que os meios de comunicação estão fazendo com o corpo e a presença da mulher na TV, nas rádios e nas músicas. Que este debate tenha prosseguimento além das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada. (Paímas)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª DEPUTADA IARA BERNARDI.

A SRª IARA BERNARDI (PT – SP) – Srª. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, na ocasião em que comemoramos neste Congresso Nacional o Dia Internacional da Mulher, quero render as minhas homenagens a todas as mulheres que ao longo dos anos têm lutado em defesa dos nossos direitos, da liberdade, da independência e da dignidade da mulher em todos os continentes.

Mas, nesta ocasião, gostaria de chamar a atenção de todos os presentes e dos que nos assistem, para o grave problema das programações das TVs em nosso país, que degradam a imagem e aviltam a sua dignidade de mulher, de mãe e de trabalhadora.

Até há poucos anos, questionar a programação da mídia era ser tachado de censurador, autoritário, moralista. Essa foi uma das heranças de mais de vinte anos de ditadura militar, no qual a mera menção à algum tipo de controle sobre os meios de comunicação era vista como um atentado à liberdade de expressão e à democracia.

Hoje as coisas mudaram. Cresce entre amplos setores da sociedade uma indignação muito grande quanto a determinados programas, novelas, filmes, músicas e comerciais de TV, seja por reforçarem estereótipos, por desrespeitarem o ser humano ou pela erotização vulgar.

Ao lado da indignação, toma corpo a idéia de que as pessoas precisam se organizar para exigir maior qualidade na programação, algo muito comum nos países da Europa e nos Estados Unidos. Muito já foi feito. ONG's foram criadas nesse sentido, como o Grupo TVer, de São Paulo, ou o TV Bem, de Belo Horizonte. O próprio Ministério da Justiça, sentindo o nível da insatisfação generalizada, baixou uma portaria no ano passado classificando os programas em horários. Porém, ainda falta muito por fazer. Falta dar uma maior atenção às músicas e aos comerciais.

No que diz respeito às mulheres, estamos longe de um patamar aceitável, seja na programação que é destinada ao público feminino – em geral alienante e desconectada da realidade da mulher atual – seja, principalmente, na maneira com que a mulher é retratada pelos meios de comunicação. O resultado é uma enxurrada de críticas e um desconforto sem tamanho com o que é veiculado. Pesquisa feita pelo Grupo TVer, em 1999, por exemplo, concluiu que 76% das mulheres estão insatisfeitas com a programação da TV.

E não é para menos. Os melhores programas, em geral são tarde da noite, quando a maioria das mulheres já foi dormir, cansada das tarefas do corre-corre do dia-a-dia de trabalho e família. Além disso, a TV incute muitos valores e atitudes nocivos às crianças, preocupando as mães. Como se não bastasse, a maioria dos programas voltados para o público feminino não informam, só trazem receitas de bolo e fofoca. Porém, a principal crítica está no fato de que a TV, de modo geral, ainda explora a mulher como objeto sexual, um corpo à disposição das fantasias dos homens, sem fala própria, descerebradas, sem opinião.

Esse tipo de imagem de mulher, projetada constantemente pelos grandes meios de comunicação, gera consequências negativas bastante profundas para o reconhecimento feminino na sociedade brasileira. Além disso, enfraquece a auto-estima da mulher, que se vê diminuída e desrespeitada pela exploração pornográfica, invasiva e degradante de partes do corpo feminino em programas de grande audiência, através de *out-dors* e em comerciais de TV. Sem contar a influência sobre crianças e adolescentes de ambos os sexos na construção e reforço da imagem desse tipo de mulher.

Beleza não significa baixaria. Será que para se fazer algo "sensual" num programa de TV é preciso transformar as mulheres em bonecas plastificadas, siliconadas, possuidoras apenas curvas e gestos corporais pretensamente eróticos, ao som de músicas vulgares?

Creio que é hora de os meios de comunicação se posicionarem mais seriamente sobre essa questão, pois o desconforto feminino frente a essa exploração é muito grande. A busca frenética pela audiência não pode servir de desculpa para o desrespeito e a agressão, diariamente assistidos.

Voltando à pesquisa do TVer, sabe o que as mulheres querem assistir? Programas mais informativos, mais úteis ao seu papel como trabalhadora, mãe e esposa, dentro de um cenário que leve em conta a beleza sob a ótica feminina e que apresente modelos que expressem a visão do que elas realmente gostariam de ver projetado na telinha: a da mulher real, brasileira, que é uma lutadora, inteligente, competente e bem informada.

Não é difícil, e exemplos de mulheres assim não faltam em nosso país. Aliás, é preciso reconhecer que há programas de TV que já se identificam com esse perfil e que atendem em grande parte o que o público feminino gostaria de assistir. O problema, como já referido, é a permanência, ainda, de estereótipos ligados à mulher-corpo, à mulher-objeto.

As emissoras poderiam aproveitar o mês de março – quando se comemora o Dia Internacional da Mulher – para um exercício crítico e, quem sabe, o início de mudanças. A audiência feminina será grande e os aplausos ainda maiores.

Quero aqui fazer uma sugestão e um desafio à Bancada Feminina: que se reúna em um grande evento no Congresso Nacional, o Ministério Público, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e os Conselhos Estaduais, o CFEMEA, o Movimento de Mulheres de todo o país, para discutir o papel da mulher na mídia e o controle social da programação de TV.

No Brasil é uma questão ainda incipiente, diferentemente de outros países, onde a sociedade já alcançou níveis mais elevados de organização. Mas o ideal seria que as mulheres utilizassem todos os meios para resistir a essa onda, inclusive o boicote aos programas, emissoras e patrocinadores desse tipo de produção que nos aviltam.

Por outro lado, continua sem resposta do Governo, da sugestão e do pedido feito pela Bancada Feminina, para seja realizada uma **grande campanha na mídia**, que tenha como mensagem o respeito à integridade física das mulheres, patrocinada pelas autoridades governamentais ligadas à questão, em especial pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, que coordena institucionalmente a política nacional de direitos humanos. Uma campanha que possa se constituir um elemento fundamental na tomada de consciência da população brasileira e um despertar para as mudanças que necessitam ser feitas quanto a essa realidade. O momento é propício e a necessidade é urgente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não dá para assistirmos passivamente a essa onda que está se criando, onde a dignidade da mulher é aviltada, a pretexto de um modismo que não corresponde a realidade. Temos que protestar. Não podemos ficar quietas diante de uma imagem da mulher distorcida pela mídia. Se não, depois de um "tapa na cara", por quais situações mais as "cachorras" ou as "ordinárias" irão passar? O Estupro? O esquartejamento? Ou serem queimadas na fogueira?

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Antes de passar a palavra à Senadora Marina Silva, do PT, queremos convidar a Deputada Zulaê Cobra, do PSDB de São Paulo, para que assuma os trabalhos da Casa.

Queremos registrar, com satisfação, que a nossa conterrânea Mary Machado, Secretária Nacional de Mulheres do PSB, nos honra com a sua presença neste momento.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Senadora Emília Fernandes, demais colegas que estão na Mesa, minhas senhoras e meus senhores, acho fundamental que, a cada ano, tenhamos esse momento simbólico em toda a sociedade brasileira. Aqui no Congresso, procuramos fazer parte desse simbolismo: ter um dia que celebre a condição feminina em todo o planeta.

Digo celebrar, porque celebrar é diferente de comemorar. Comemorar significa memorar com. Lamentavelmente, ainda não estamos memorando com toda a espécie humana; ainda não estamos memorando com boa parte dos homens, que ainda pensam que somos inferiores; ainda não estamos memorando com boa parte das instituições, que não estão adaptadas ou em condições para atender as nossas diferenças como seres diferentes.

Então, é um dia de celebração. Celebração, em primeiro lugar, da nossa condição de fêmeas, diferentes, com expectativas e desejos diferentes, porque somos diferentes. E não queremos ser iguais e nem queremos igualar ninguém à nossa condição. Colocamo-nos tão-somente contra a visão narcisista "que acha feio tudo o que não é espelho", porque o que é espelho não nos possibilita a troca; o que é espelho não nos devolve a resposta daquilo que em nós precisa ser mudado. Queremos tão-somente o respeito a essa diferença, para que a troca possa acontecer.

Quando as colegas falam, de certa forma, elas vão antecipando aquilo que está em todas nós. Gosto de ir brincando com o que está acontecendo na Casa e de refazer aquilo que eu me tinha programado para fazer. Diversas colegas me antecederam, como a Deputada Jandira Feghali, a Senadora Emilia Fernandes, mas a Senadora Marluce Pinto, em especial, colocou um dado interessante.

S. Ex^a disse que 70% dos pobres são mulheres. Temos dois bilhões de pobres no planeta, pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. S. Ex^a disse ainda que dois terços da população analfabeta é de mulheres.

Essa realidade me fez lembrar uma frase que ouvi do fotógrafo humanista Sebastião Salgado, numa entrevista memorável em que ele, em cinco minutos, conseguiu sintetizar tudo aquilo que tem sido a trajetória da raça humana até hoje, ou seja, estar criando um escape para o futuro. Ele explicava da seguinte forma: existe um grupo de pessoas que se apropriou das riquezas materiais, dos bens da ciência, até mesmo da espiritualidade, e criou uma fuga para o futuro. É mais ou menos 15% da população do planeta – bem alimentada, bem informada, bem vestida, com segurança, com acesso ao lazer e a todos os bens que a humanidade produziu. Esses 15% criaram uma fuga para o futuro.

No entanto, estão deixando para trás 85% da população. E nesses 85% que estão ficando para trás, 70%, segundo colocou a Senadora Marluce Pinto, são mulheres, com dois terços de mulheres analfabetas.

É contra essa exclusão planetária, em que as mulheres são maioria, mas em que também os homens estão incluídos, que devemos nos insurgir neste dia de celebração da condição feminina. A nossa condição, ao invés da disputa, quer o consenso; ao invés de deixar para trás, quer caminhar junto; ao invés de dividir, quer a partilha – mas a partilha equitativa. E é em nome desses valores que eu acho que a civilização precisa ser completada. Até hoje, caminhamos como se "caxingando", como se diz lá no Norte; mancando, como se diz no Acre. Estamos mancando, porque a raça humana caminhou até hoje apenas com uma perna, a perna do masculino. A perna do feminino foi atrofiada nas artes, na espiritualidade, na ciência, na política, em tudo o que nos realiza como seres humanos.

Mas, graças a Deus, essa atrofia está recebendo uma dose muito forte de consciência, de amor e de vontade. E tudo isso não vem só da nossa metade feminina, mas daqueles que também já perceberam que, em poucos anos – e são milhares de anos da raça humana no planeta –, vamos ver e celebrar o nosso progresso. Após milhares de anos em que ficamos para trás, como seres de segunda classe, incapazes, incompetentes e néscias, em pouquíssimos anos em que fomos colocando a cabeça para o lado de fora, chegamos ao ponto em que nos encontramos hoje.

E todo esse progresso se deu em quantos anos? Cinquenta? Cem? Se tivermos em conta os milhares de anos de opressão, cem anos é muito pouco. Mas essa transformação demonstra uma coisa: a nossa capacidade de fazer aflorar toda essa nossa competência que já está expressa em tudo o que existe no planeta. Nós queremos completar a raça humana, queremos ser a outra perna, a outra metade. Queremos trocar com a diferença do masculino.

A humanidade perdeu bilhões de inteligências que poderiam estar contribuindo em todos os campos da existência humana, como os da defesa do meio ambiente e da natureza saudável, ressaltando valores que celebram uma série de realizações que fariam bem para evitarmos essa exclusão social planetária. Nesses campos, com certeza, as mulheres têm dado uma grande contribuição.

Para concluir, Sr^a Presidente, minhas Colegas, queria apenas dizer mais algumas palavras inspirada em uma música dos Titãs que foi feita para os jovens. Como os jovens, as mulheres não têm audiência, e, por isso, identifiquei-me muito, como mulher, com essa música. Perdoem-me, porque eu as escrevi enquanto as amigas falavam, inspirando-me no que elas diziam:

A gente não quer só comida
A gente quer a vida inteira em toda a parte
A gente nunca quis vingança
A gente quer ser esperança nas ciências e nas artes
A gente não é só beleza
A gente já é, sim, a certeza de que somos metade
De tudo o que é progresso
De tudo o que está nos planos da espécie dos humanos

Da qual somos a outra parte
Nem maior nem mais perfeitas
Quer chorando, quer sorrindo
Tão-somente diferentes dos humanos masculinos.
Muito obrigada. (Palmas)

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, a Sra. Emilia Fernandes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Zulaiê Cobra.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra) – Muito obrigada, Senadora Marina Silva. V. Exª sempre comove e sensibiliza todos nós.

Quero agradecer a presença da Drª Marlene Libardoni, Diretora Executiva da Agend – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. Agradeço também a presença de Eliana Alves de Campos, Presidente do Soroptimista Internacional de Brasília Norte.

Concedo a palavra agora, com muita honra para mim, que sou de São Paulo, a esta minha ex-Prefeita do Município de São Paulo, a Deputada Luíza Erundina. Para o meu engrandecimento e minha honra, passo a presidência dos trabalhos à Deputada Telma de Souza, também de São Paulo.

Muito obrigada.

A SRª LUÍZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, minhas companheiras, parlamentares, minhas amigas, meus amigos que aqui se encontram, há pouco a acrescentar ao quadro estarrecedor que vitima as mulheres no Brasil e no mundo. Sinto falta de acrescentar às manifestações que aqui se fizeram um aspecto sem o qual não sairemos do diagnóstico, da denúncia, da sensibilização para o quadro que atinge a nós, mulheres do Brasil e do mundo.

Refiro-me à necessidade de tocar os homens, de conscientizá-los e de trazê-los como aliados para esta luta. O fogo que incendiou e vitimou as 120 mulheres na fábrica de Nova Iorque veio por determinação de um patrão, de um dominador, de um explorador – portanto, homem. A bala que vitimou Margarida Maria Alves, da Paraíba, porque ousou

lutar pelo direito à terra para trabalhar, também veio de uma arma nas mãos de um homem, por determinação de latifundiários do Nordeste. A bala que vitimou a Ceci, em Alagoas, veio também por determinação de criminosos homens, violentos, insensíveis. A bala que vitimou a Prefeita Maria Dorcelina de Oliveira Folador veio de uma arma nas mãos de um homem. Portanto, se não convertermos os homens, se não os conscientizarmos, se não os ganharmos para a nossa luta, avançaremos muito lentamente.

E quanto ao que se disse aqui, precisamos ir além do conhecimento que nós, mulheres, temos – sobretudo as mulheres do povo, as mulheres trabalhadoras do campo –, porque nós já sabemos muito de tudo isso no cotidiano.

O dia 8 de março deste ano foi marcado, no Brasil, pela presença das trabalhadoras rurais em todas as capitais do País, denunciando a situação de absoluta injustiça que se comete, sobretudo contra as trabalhadoras rurais.

Este é um exemplo a seguir, minhas companheiras, meus companheiros: temos que fazer um apelo veemente, temos que ganhar a consciência, o coração, as mentes dos homens, porque para eles também não deve ser confortável se colocarem na condição de opressores, de dominadores, de violentos, de agressores das mulheres, das meninas. É preciso que eles acordem para a sua humanidade, para a consciência de que a sociedade e o mundo só serão melhores se homens e mulheres se juntarem. Como Marina Silva enfocou em sua fala, há necessidade de nos juntarmos, de nos somarmos, de irmos juntos na busca de igualdade, de justiça e de humanidade entre homens e mulheres na sociedade.

Ocorreu-me ainda a possibilidade de abordar, neste momento, a questão do poder. Se a mulher é excluída econômica, social, cultural e politicamente, isso ocorre porque não conseguimos conquistar maior espaço de poder. O poder está nas mãos dos homens. Conquistamos muito pouco poder; somos menos de 6% no Congresso Nacional. É preciso ampliar esse espaço de poder, mas essa ampliação não pode ser vista como uma concessão dos homens para nós, mulheres. Essa ampliação deve ser vista como uma conquista de nós, mulheres, como um direito de cidadania, o direito ao poder político, para que possamos influir nas políticas públicas, nas mudanças que precisam ser implementadas na sociedade, no País, no mundo.

E aqui vai uma indicação aos partidos políticos. Os partidos políticos progressistas, democráticos, de esquerda, ainda não tornaram plenas as conquistas femininas nem mesmo na vida partidária. As cotas que alguns partidos têm nas suas direções nem sempre se implementam, porque também nós, mulheres, não fomos educadas, formadas, orientadas a ter gosto pelo poder, a entender que o poder é condição indispensável para avançarmos na conquista de nossos direitos.

Não basta reconhecer a cota, um direito e uma conquista legal. É preciso que os partidos tratem as candidatas mulheres de forma diversa daquela com que tratam os candidatos homens.

A questão do poder está no centro desse debate. Ou avançamos na conquista de direitos, ou os nossos direitos econômicos, sociais, culturais e políticos não avançarão.

Este deve ser um ponto de partida nosso: o gosto pelo poder, a disputa pelo poder, a conquista do poder em todos os níveis, mas não para reproduzi-los e exercê-los de forma machista, masculina, patriarcal e dominadora como o poder que tem sido exercido na sociedade contra homens e mulheres. Temos que conquistar, disputar e exercer o poder de forma própria, de forma nossa, de forma feminina, intuitiva, sensível, humana, responsável, ética. Essa é a maior contribuição que nos cabe dar à sociedade, para resolvermos todas as outras questões que afetam homens e mulheres, sobretudo nas camadas populares do Brasil e do mundo.

Aqui fica, portanto, companheiras, a nossa inserção, mais do que nunca, nesse processo de mudança, que passa por um processo pedagógico. Em mandatos e em outros exercícios de lideranças, temos de passar à frente com responsabilidade, como educadoras que somos, no sentido de fazermos homens e mulheres entenderem que, antes de qualquer outra coisa, a participação política e o exercício de poder são condição para homens e mulheres viverem com dignidade e igualdade em uma sociedade justa e democrática.

Muito obrigada. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Luiza Erundina, a Sra. Zulaê Cobra deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Telma de Souza.

A SRA. PRESIDENTE (Telma de Souza) – Muito obrigada, Deputada Luíza Erundina, sempre lúcida nas suas colocações.

Antes de chamar a nossa próxima oradora, a Deputada Elcione Barbalho, do PMDB do Pará, eu gostaria de registrar a presença da Professora Francisquilha, Presidente do PFL Mulher do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Elcione Barbalho, do PMDB do Pará.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Telma de Souza, companheira batalhadora, exemplo de mulher, com quem aprendi muita coisa nesta Casa durante a nossa convivência, em teu nome, eu gostaria de parabenizar todas as companheiras e agradecer aos homens o apoio que nos estão dando neste momento.

Gostaria também de dizer que seria muito interessante que o Presidente do Congresso e o Presidente da Câmara dos Deputados estivessem aqui presentes, para que pudessem somar conosco, porque deles também depende um avanço muito grande nas nossas propostas, nas nossas colocações aqui dentro. Infelizmente, no entanto, por motivos alheios, talvez até pelo excesso de trabalho, S. Ex^{as} não estão podendo escutar essas mensagens.

Infelizmente, a comemoração do Dia Internacional da Mulher ainda se reveste de uma dimensão pouco celebrativa. De fato, não há muito o que se comemorar. À medida que o tempo avança e a consciência coletiva parece assimilar a necessidade de que homens e mulheres sejam realmente iguais em direitos e obrigações, conforme preconiza a Constituição Federal, as estatísticas sobre a participação da mulher na vida nacional revelam uma outra realidade.

Não preciso ir muito longe – e também não me permitiria o tempo disponível – para trazer exemplos claros dessa realidade. Recentemente, candidatei-me à Mesa da Câmara dos Deputados, o que é do conhecimento de todos os Parlamentares. Naquela oportunidade, fiz um estudo sobre a participação da mulher nos parlamentos da América Latina, e as constatações me impressionaram, em especial por perceber que o Brasil apresenta um dos menores índices de participação de mulheres em toda a região.

Há dois países que se destacam, com participação feminina superior a 25% do total de Deputados, que são a Argentina e Cuba. Há um outro grupo no qual a participação feminina gira em torno de 20%, como Guiana, Peru, Costa Rica, México e República Dominicana, sendo que, nestes três últimos países citados, a Presidência daque-

las Casas é exercida por mulheres. Há um terceiro grupo, cuja participação oscila em torno de 12%, que conta com países como Bolívia, Chile, Equador, Panamá e Venezuela. E com a participação de exatos 6,63% vem o Brasil, tendo abaixo de si apenas o Paraguai, com 2,5%!

Essa realidade é absolutamente chocante. Não cabe aqui fazer um estudo sociológico ou histórico dos fatos que conduziram a essa situação, mas essa reflexão precisa ser feita em algum outro momento. Creio que estamos diante de um ambiente que produziu instrumentos poderosos de inibição da participação da mulher na vida pública, que não serão desativados senão por força de uma legislação que produza ações afirmativas para destruir tais mecanismos e que incentive a presença da mulher em todas as instâncias políticas do nosso País.

Não preciso tecer exaustivos comentários acerca das qualidades da mulher. Milhares de mensagens enviadas a nós, por ocasião do dia que hoje comemoramos, já o fazem. Devo reconhecer que muitas dessas mensagens nos deixam lisonjeadas, mas, de fato, são apenas palavras no papel, o que é fartamente demonstrado no nosso dia-a-dia.

Quais são as medidas práticas que estão sendo tomadas para resolver tal situação? Quando haverá, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, a preocupação de aumentar a presença feminina na Casa? Quando haverá uma ação efetiva para se proporcionar a participação feminina na Mesa de uma destas Casas? Estamos no momento em que novos parlamentares assumirão as presidências das comissões. Fico a questionar quantas mulheres farão parte delas e quantas as presidirão.

Portanto, Sr^s e Srs. Parlamentares, não há muito o que comemorar. Na verdade, anseio pelo dia em que não precisaremos mais de datas como esta. A existência desta comemoração, por si só, é um indicativo da situação de subserviência que ainda ocupamos na sociedade.

Conforme já disse há pouco, recebemos mensagens muito bonitas. Mas gostaria de ver também todos esses Parlamentares que nos enviaram tão belas palavras empenhados em desencadear um processo de mudança, para que tais preocupações se tornem ações concretas para a solução de uma situação tão indigna.

Muito obrigada. (Palmas)

A SR^a PRESIDENTE (Telma de Souza) – Muito obrigada, Deputada Elcione Barbalho, não só pelas palavras, mas pela generosidade dos elogios com que me brindou no início de seu discurso.

Antes de passar a condução dos trabalhos para a Senadora Emilia Fernandes, gostaria de dar três informações que me foram pedidas pelas diversas Parlamentares aqui presentes.

A Deputada Luci Choinacki solicita que nos juntemos hoje à tarde – certamente, a Senadora Emilia Fernandes vai passar a palavra para que S. Ex^a possa fazer este convite –, para que possamos protocolar, junto ao Ministério Público, um pedido em relação à inibição de atividades culturais que sejam violentas e, principalmente, desrespeitosas à questão feminina e à questão das mulheres.

A Deputada constituinte Moema Santiago solicita que informemos a este Plenário e também pela televisão que S. Ex^a está fazendo uma liminar e dando entrada em um mandato de segurança para garantir o seu direito de concorrer a uma vaga aberta no Tribunal de Contas da União – TCU.

Diz a companheira, aqui presente, que não aceitará o que se considera, no jargão político, o "tapetão" para impedir a presença de uma mulher no Tribunal de Contas da União, principalmente neste início de milênio.

Finalmente, a Deputada Fátima Pelaes, do PSDB do Amapá, Presidente da CPI da mortalidade materna, informa-nos que hoje, às 14 horas e 30 minutos, teremos uma reunião – somos todas participantes dessa CPI –, na qual haverá mais uma rodada de discussão sobre o tema, com a presença da Deputada Estadual pelo Amapá Janete Capiberibe, que fará uma exposição sobre o Projeto Parteilas Tradicionais, uma experiência que tem sido extremamente bem-sucedida no Amapá.

Antes de passar a presidência dos trabalhos para a Senadora Emilia Fernandes, quero celebrar a presença de companheiros homens no plenário e, principalmente, depois dos pronunciamentos de nossas companheiras Senadoras e Deputadas, que representaram seus partidos, celebrar a mulher anônima, aquela que resiste, aquela que executa ações que não têm o devido reconhecimento, como cozinhar ou cuidar das crianças, aquela que sobrevive num País onde há injustiças sociais agudíssimas, até piores do que em países da América Central, e onde metade da população está localizada num patamar abaixo da miséria, recebendo apenas US\$1 *per capita*. Com a nossa sensibilidade e trazendo para o nosso campo de luta os companheiros homens, que entendem que é cada vez mais necessária a integração, sempre um valor democrático, poderemos, no ano que vem, celebrar mais avanços, a integração, enfim, celebrar um novo Brasil.

Passo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, para o encerramento dos trabalhos. Solicito a S. Exª que conceda um minuto à Deputada Luci Choinacki.

Muito obrigada.

A Sra. Telma de Souza deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Emilia Fernandes.

A SRª PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki, de Santa Catarina, para que registre brevemente o teor da correspondência para a qual está solicitando apoio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Senadora Emilia Fernandes, Srªs e Srs. Parlamentares, Srªs representantes das entidades feministas, estamos na luta contra a violência exercida contra as mulheres e pela cidadania. Acredito que o mais importante é sermos vistas como pessoas que têm alma, que têm coração, que têm sentimento, que têm um corpo, que têm um intelecto – e queremos ser respeitadas como tal. Se alcançarmos esse objetivo, a relação vai mudar. Esse é o nosso grande desafio neste terceiro milênio, que precisa ser construído com base em outros valores, em outros paradigmas.

Diante desses fatos, dos valores que estão sendo perdidos no decorrer da história e dos novos paradigmas que estão sendo apresentados, como a mulher tornar-se objeto de venda de produtos de alta qualidade, ser alvo de músicas que incentivam a violência e sofrer um processo de erotização precoce, e após conversa com várias Parlamentares, estamos dando entrada, na Procuradoria do Distrito Federal, ao seguinte pedido:

Tendo em vista que os meios de comunicação social devem pautar sua programação segundo as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, bem como pautar-se pelo respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, e que a divulgação de temas musicais que fazem apologia à violência contra as mulheres não atende, definitivamente, aos valores constitucionais aduzidos, requer-se imediata providência no sentido de inibir que qualquer manifestação que afirme, aprove, sugira ou insinue violência de qualquer natureza contra a mulher seja veiculado pelos meios de comunicação social.

O documento recebe várias assinaturas.

Nossa intenção é protocolar esse pedido, juntamente com vários Parlamentares, hoje, às 16 horas e 30 minutos, no Ministério Público, para que comecemos uma discussão sobre esse problema, com a participação do Estado. Aliás, o Conselho Nacional de Comunicação já foi aprovado, está na Constituição, mas a lei ainda não está em vigor. É preciso que nossa sociedade tenha direito de determinar que tipo de filmes e músicas podem ser veiculados, para que nossas crianças não assistam a tanto lixo como o que há hoje na televisão.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigada, Deputada Luci Choinacki.

Queremos registrar, mais uma vez, com satisfação, a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, do Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Drª Solange Bentes Jurema, do coral da Fundação Bradesco e do coral do Senado Federal, que abrilhantaram esta sessão, da Deputada Rita Camata, que sempre batalhou pelas causas da mulher, dos Parlamentares homens que aqui estiveram, convidados das Parlamentares, das representantes de sindicatos e entidades governamentais e não-governamentais e das autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesásticas.

Ao encerrar, queremos reafirmar que essa flor que permaneceu na mesa dos trabalhos é da Ceci Cunha, que também está aqui. "Impunidade não, justiça sim"! E no símbolo internacional da beleza e da vida, representado por uma flor, a reafirmação da nossa energia, da nossa resistência e da continuidade da luta, com as mulheres unidas, sem dispensarmos a presença dos homens. Pela igualdade de direitos!

Muito obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A Srª Senadora Maria do Carmo Alves e os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos e Arlindo Porto enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Exªs. serão atendidos.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a data que estamos a comemorar no dia de hoje reveste-se de grande significado político e social para o povo brasileiro. Em especial para nós, componentes do Congresso Nacional, quando nos lembramos que há exatamente sete décadas – na condição de mulheres – sequer tínhamos o direito ao voto, quanto mais o de sermos protagonistas do processo político eleitoral do país.

Não há dúvidas de que, por ocasião da passagem do Dia Internacional da Mulher, há muito o que comemorar em relação à evolução da condição feminina no meio social brasileiro. Paulatinamente, como um processo concebido estrategicamente, as mulheres avançam em suas conquistas. Provam a sua capacidade de há muito subestimada por uma anacrônica cultura excludente, que infelizmente ainda predomina no país. E alcançam, em pé de igualdade com o homem – e em harmonia com este – o seu espaço de independência e dignidade em todos os setores da vida nacional, desde o profissional até o político.

O Brasil tem evoluído politicamente como há poucas décadas não se observava. As nossas instituições democráticas, embora recentes em face do negro período do regime de exceção, solidificaram-se de tal forma que a democracia brasileira é hoje um exemplo para a América Latina. Ao tempo em que se fortaleceram as instituições políticas, no entanto, ainda há muito o que fazer em termos sociais e econômicos.

É preciso registrar, por conseguinte, no que tange às vitórias da mulher brasileira, que as conquistas sociais femininas, embora decisivas e importantes, ainda têm sido tímidas, diante de uma resistência cultural que não encontra mais respaldo em nenhuma das modernas ciências do corpo e da mente. Ciências estas que já provaram serem as diferenças biológicas entre homens e mulheres, restritas a características anatômicas e fisiológicas, que não interferem nos processos mentais de elaboração do pensamento e da criação, numa clara comprovação da igualdade de intelecto entre ambos os sexos.

Essa a razão pela qual, exorto homens e mulheres a compreenderem juntos suas capacidades e limitações recíprocas, e a se unirem em torno do sonho de formação de uma sociedade justa e igualitária, onde as tênues diferenças de gênero não sejam alvo de discriminações, de sorte a fazer com que tal comportamento seja elemento catalisador da evolução social brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, não poderia perder esta oportunidade para fazer votos de que a nossa participação feminina seja fundamental para o equilíbrio e a harmonia dos trabalhos legislativos no sentido de alcançarmos a paz e o bem-estar social.

O Congresso Nacional – e a nação brasileira como um todo – vive hoje diante das desavenças predominantes entre as principais lideranças políticas do país, que estão a criar um perigoso clima de instabilidade nacional.

É essa a minha sugestão, como mulher e como senadora, no sentido de contribuir, com a qualidade que a sensibilidade feminina me confere, para o aprimoramento das nossas instituições democráticas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, hoje, quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher, gostaria de vir aqui e constatar juntamente com V. Ex^{as}, que a situação da mulher no Brasil mudou. Gostaria de dizer:

Finalmente, a situação de discriminação das mulheres foi reparada. Elas recebem a remuneração proporcional ao trabalho que desenvolvem e não têm nenhuma redução em função do gênero. A maior escolarização das mulheres foi reconhecida, e elas ocupam postos de trabalho condizentes com suas habilidades. Deixaram de sofrer a jornada de trabalho dupla e dividem os afazeres domésticos em condições paritárias com os homens.

Mas, lamento reconhecer, Sr^{as} Congressistas, que, realmente, ainda não posso dar tais notícias.

Mas, não se pode negar que o século que passou foi aquele em que mais se registraram conquistas femininas. Cito apenas alguns exemplos:

- Nas duas últimas décadas milhões de mulheres passaram a fazer parte da população economicamente ativa; mesmo que, para isso, tenha havido mudança no conceito de trabalho, que passou a incorporar as chamadas atividades de autoconsumo e a produção familiar;
- Nesse período, houve um aumento de 300% da participação das mulheres em profissões liberais, como medicina, direito, arquitetura;
- Mulheres representavam, em 1991, 17% dos empregadores brasileiros; passaram a ser 22,4, em 1998 (segundo o IBGE);
- Nos Estados Unidos, são mais de 8 milhões de empresas tocadas por mulheres, que detêm os salários de mais de um quarto da força de trabalho do país;
- No Brasil, as mulheres têm a vantagem de ser mais instruídas que os homens: 28% delas têm mais de 11 anos de escolaridade, contra apenas 19% dos homens; mesmo assim, ganhamos o equivalente a 64% do que percebem os homens.

Mas nem tudo são flores nesse acesso ao mercado de trabalho. O que leva as mulheres a entrarem no mercado de trabalho, além da busca de realização e o desejo de independência, é a forte necessidade de sobrevivência.

Em uma década, o número de esposas que trabalham fora subiu de 32,9%, em 1985, para 49,7%, em 1993; além disso, a taxa de mulheres sem cônjuge, mas com filhos, passou de 13,5% para 19,1%.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, essa conquista do espaço no mundo econômico não eliminou a dupla jornada, ou seja, as mulheres continuam com a atribuição de fazer as tarefas domésticas. Isso é resultante de uma agenda de conquistas equivocada, que reclamava maior participação em espaços reservados aos homens, mas sem a contrapartida, ou seja, sem que os espaços antes "privativos" das mulheres, como o cuidado da casa e dos filhos, passasse a ser partilhado pelos maridos e companheiros.

A maciça ocupação do mercado de trabalho por mulheres não significou, necessariamente, assunção do poder correspondente nas corporações:

- No Brasil, as mulheres compõem 40% da força de trabalho, mas apenas 24% dos cargos de gerência;
- Segundo a revista *Fortune*, apenas 12,5% dos cargos de diretoria das 500 maiores empresas do mundo são ocupados por mulheres;
- No Brasil, da lista das 500 maiores empresas, apenas duas delas têm uma mulher na presidência: Maria Sílvia Marques Bastos, da CSN e Regina Celi Venâncio, da Termodinâmica;
- Quando ocupam postos de diretoria, raramente esses cargos estão ligados às áreas responsáveis pelas atividades de lucro ou prejuízo de uma unidade de negócios; ocupam-se dos recursos humanos, relações públicas, qualidade, marketing e de outras áreas assemelhadas;

Existem barreiras invisíveis a cercar a ascensão das mulheres nas empresas. A cultura corporativa mantém as mulheres longe dos postos que levam à direção central das empresas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo ser maior o desafio para superar a desigualdade. E não falo de uma desigualdade tacanha, de ocupar espaços masculinos. Homens são homens, mulheres são mulheres. Cada qual com suas peculiaridades biológicas, sociais, culturais, psíquicas. Mas os seres humanos são iguais. Daí que não se pode admitir, jamais, a desigualdade no acesso aos bens materiais e culturais produzidos na sociedade.

Vejo que o desafio maior para a superação dessa desigualdade está em combater suas raízes. E onde estão essas raízes? Estão em mim, estão em cada um de vocês. Estão nas mulheres e estão nos homens.

As raízes dessa desigualdade estão nos noticiários, nos comerciais de televisão, nas novelas, nos filmes, em cada notícia ou em cada cena que "sutilmente" diminui o papel da mulher no mundo.

A fonte dessa desigualdade está nas anedotas pejorativas sobre as mulheres. Está nos e-mails jocosos transmitidos pela Internet. Vejam que ironia! A fonte de informações "mais democrática" do mundo já nasce dando lugar à discriminação, à medida que as mulheres são transformadas em "mercadorias", em sites pornográficos.

Outro problema muito sério é a violência contra a mulher, especialmente no espaço doméstico, e a impunidade resultante da indiferença ou omissão policial e da morosidade da burocracia judiciária, onde os processos ficam mofando. Para amenizar este problema da violência doméstica e permitir maior agilidade na punição dos culpados apresentei Projeto de Lei, que espero mereça a aprovação desta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a superação dessas desigualdades é tarefa mais difícil do que simplesmente pronunciar este discurso ou apresentar projetos de lei de "ação afirmativa". Estas são apenas pequenas gotas no oceano da discriminação. E que só vão surtir efeito se forem acompanhadas por uma atitude diferente de cada um de nós.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo a essa tribuna para associar-me às homenagens que, no último dia 08, em todo Brasil e no mundo, se registraram pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Faço-o por diversas razões.

A primeira delas em função da natureza e do papel que a mulher representa para a espécie humana, não apenas no sentido de fonte geradora biológica da vida, mas sobretudo pela dimensão que se expressa em sua capacidade de amar, de doar-se, de ser mãe, companheira, educadora, atributos essenciais aos quais se somam a emoção, o sentimento, a beleza, enfim, tudo que a tem feito fonte e inspiradora das paixões humanas, da arte, da poesia, dos mitos e do místico, que formam a história dos homens.

No entanto, por razões de ordem histórica ou cultural, que a Antropologia e as Ciências Sociais não têm explicado adequadamente, na maioria absoluta das civilizações, a humanidade teve que esperar milhares de anos, centenas de séculos, para que a dimensão feminina fosse efetivamente reconhecida em sua plenitude. Registre-se que existem ainda situa-

ções em muitas partes do mundo que não chegaram ao estágio em que a dignidade da mulher seja efetivamente reconhecida; mas, ao contrário, continuam sendo adotadas práticas atentatórias contra seus direitos, o que vale dizer contra os direitos humanos mais sagrados.

Creio que o Dia Internacional da Mulher deve nos levar a refletir sobre essas questões sob três perspectivas principais:

A primeira diz respeito àquelas regiões referidas onde os direitos da mulher não são reconhecidos e permanecem a discriminação e o desrespeito contra a condição feminina. Para essas situações é necessário que se aprofundem instrumentos de ordem supranacional, voltados à eliminação desses casos, por mais que se aleguem razões de tradição, crença, raça ou cultura. Nenhum direito existe ou deve ser reconhecido acima dos direitos humanos.

A segunda perspectiva diz respeito à estrutura jurídica e à organização formal da sociedade, que deve ser de tal ordem que, de um lado, garanta a igualdade e a plenitude dos direitos do homem e da mulher, sem discriminação de nenhuma ordem, e respeitadas as características e especificidades decorrentes da natureza do homem e da mulher.

Enfim, a terceira perspectiva deve levar a refletir sobre o imenso espaço que ainda distancia, o arcabouço jurídico-institucional, da realidade prática, onde a mulher continua freqüentemente discriminada, vítima de violências de toda ordem.

Para que se supere essa situação é importante a luta da própria mulher pela ocupação dos espaços sociais em todos os campos: na economia, na cultura, na universidade, na política.

Os dados têm demonstrado, Sr. Presidente, nobres Senadores, que esta luta, embora árdua, vem obtendo resultados sucessivos, e cresce o espaço ocupado pela mulher em todos os setores, deixando em toda parte a marca de sua presença.

Quero apenas dar um exemplo do que vem ocorrendo no meu estado do Tocantins, especificamente no campos político, deixando uma análise mais ampla do assunto para um outro momento. Refiro-me apenas à estrutura de governo e aos resultados do último pleito eleitoral no Estado.

No Estado do Tocantins, Sr. Presidente, o Tribunal de Justiça, abriga duas Desembargadoras e a estrutura jurídica do Estado conta com 6 Juízas e 8 Procuradoras. Na estrutura do executivo estadual, têm assento 5 Secretárias de Estado, além de uma dezena de diretoras de órgãos da administração direta e indireta.

A Assembléia Legislativa conta com 02 deputadas estaduais e a bancada tocantinense no Congresso Nacional é integrada por uma deputada e uma suplente ao Senado da República.

Treze municípios, incluindo Palmas e Araguaína, os dois maiores municípios do Estado, elegeram mulheres para dirigi-los, na condição de prefeitas e 102 municípios, num total de 140, elegeram vereadoras em número que perfaz 202 ocupantes de cadeiras legislativas.

É um avanço, Sr. Presidente e nobres Senadores, do qual dou conhecimento a essa Casa, para aplaudir todos aqueles e aquelas que lutam para ampliar o espaço da mulher no contexto social, e especificamente na estrutura política.

Desejo, Sr. Presidente, na pessoa das ilustres Senadoras Marina Silva, Heloísa Helena, Luzia Toledo, Maria do Carmo, Emilia Fernandes e Marluce Pinto completar e homenagear a todas as mulheres e expressar meus sentimentos no sentido de que sua luta, que é de todos nós, seja ampliada a cada dia, em amplitude e em resultados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB - MG) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a comemoração do Dia Internacional da Mulher, por si só, demonstra a discriminação a que estão submetidas as mulheres ao longo dos séculos – aliás, milênios. Mas o simples fato de estarmos hoje lembrando esta efeméride, demonstra que houve uma grande mudança, que se aprofunda e promete, em um horizonte próximo, tomar igualitária as condições de homens e mulheres, na maior parte do mundo.

Essa é uma meta a ser perseguida com ações, palavras e sentimentos. As mulheres não querem um dia especial, querem um mundo em que sejam tratadas com dignidade, com igualdade, em que sejam respeitados seus direitos e sua competência. Querem ter acesso ao mercado de trabalho com salários justos. Querem e merecem assistência à maternidade, creches, escolas para seus filhos, educação de qualidade. Querem, como todos queremos, um mundo sem violência, um mundo em paz para criar as futuras gerações, dividindo com os homens a responsabilidade pelo hoje e pelo futuro.

A composição do nosso Congresso Nacional torna evidente a diferença. Na Câmara, elas são apenas 5,65% e, neste Senado, apenas 7,41%. Entre todos os cargos públicos de chefia no Executivo, a participação da mulher gira em torno dos 10%, apenas. No Judiciário, não chega a um quarto a participação feminina e é absolutamente insignificante

nas instâncias superiores. É um contraste gritante quando se constata que 51% dos brasileiros são do sexo feminino e 49% do masculino.

Uma desproporção que não se reduziu, no Congresso, a partir da aprovação, em 1997, da Lei que estabeleceu o mecanismo de cotas mínimas para candidatura de mulheres. O número de candidatas aumentou expressivamente nas últimas eleições. Na Bahia, que registrou o maior crescimento nas candidaturas femininas às Câmaras Municipais, o número de inscrições de mulheres subiu 380% em relação a 1996. Se em 1992 foram eleitas 3.952 mulheres para as Câmaras Municipais, este número subiu para 6.536, em 1996 e certamente aumentou ainda mais nas últimas eleições. Apenas oito estados tiveram menos candidatas, ano passado, em relação às eleições municipais anteriores. No entanto, o número de eleitas não foi proporcional ao de candidaturas. No caso das prefeitas, elas passaram de 303 para 317, este ano, em um universo de 5.500 prefeituras.

Não se trata de uma falha da Lei 9.504, mas um fato cultural. Não se mudam hábitos e valores tão rapidamente quanto se aprova uma Lei. O quadro, porém, está mudando, e para melhor. Pesquisa do Instituto Vox Populi, do ano passado, demonstrou que a população está mais receptiva às mulheres. Mais de 70% dos entrevistados admitiram que votariam em mulheres para a Prefeitura, para o Governo do Estado e para a Presidência da República.

Esta situação se apresenta como um desafio para os partidos políticos. Não basta termos aprovado a Lei de Cotas. As agremiações políticas, no seu mister de bem representar politicamente parcelas da sociedade, devem não só inscrever mulheres em seus quadros, mas fazerem campanhas nesse sentido e apoiá-las efetivamente para que preencham um maior número de cargos eletivos. É preciso vencer a resistência dos dois lados: dos partidos, em aceitar candidaturas femininas, e das mulheres, em participar da política e disputarem eleições.

A importância da participação da mulher no Legislativo é evidente. Hoje, tramitam na Câmara e no Senado cerca de 400 projetos de lei de autoria da bancada feminina. Em sua maioria, voltados às questões sociais, educacionais, ambientais e antidiscriminações. A preocupação com o social é uma exigência irrefutável frente ao predomínio da visão meramente econômica dos fatos. A natureza dos projetos de autoria feminina demonstra a sensibilidade da mulher, que precisa ser incorporada ao mundo político e administrativo do País, assim como já o vêm fazendo, com sucesso, a iniciativa privada.

Começa a ganhar corpo no Brasil um princípio da moderna administração denominado "diversidade", em que se busca a reprodução o mais próxima possível, no quadro funcional das empresas, da comunidade que a envolve. Ou seja, manter no plantel de funcionários a mesma proporção de mulheres, homens, raças e credos existente na comunidade envolvente. Este é um princípio que deve ser transplantado para a política, o que ampliaria as ações antidiscriminatórias e, certamente, teria melhores resultados do que mecanismos de cotas ou outros tipos de políticas compensatórias.

As mulheres, independentemente de mecanismos de proteção, tem conquistado espaços pelos seus próprios esforços e competência. Basta verificarmos o resultado de pesquisa recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontando que, entre 1985 e 1977 o número de mulheres empregadas na indústria cresceu 14%, enquanto o nível total de ocupação no setor caiu 7%. A pesquisa Mercado de Trabalho Feminino no Estado de São Paulo no período 1994 a 1998, divulgada pela Fundação Seade, mostra que a participação da mulher no mundo profissional passou de 47,3% para 50,9% no período. Participação que cresce há cinco anos consecutivos. A participação dos homens neste mesmo mercado é de 73,4%.

Em Minas Gerais, temos vários exemplos, entre eles o da Mercedes-Benz, que havia colocado como meta a contratação de 20% de mulheres em sua fábrica de Juiz de Fora. Por falta de profissionais qualificadas para a área que, antes da automatização, exigia muito esforço físico, a empresa conseguiu preencher só 17% - de 883 funcionários, 150 são mulheres, obtendo melhora substancial no ambiente de trabalho, o que certamente se traduz em maior produtividade.

Esta é uma realidade inegável. As empresas estão se rendendo às mulheres não exatamente por praticarem políticas compensatórias, mas porque contratar mulheres dá lucro. Se isso é positivo de um lado, não podemos deixar de apontar uma terrível distorção verificada no mercado de trabalho, que paga até 36% menos às mulheres que aos homens que desempenham as mesmas funções. Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com base em dados de seis regiões metropolitanas indica que 32,8 milhões de mulheres estavam no mercado de trabalho brasileiro em 1999, o que corresponde a 41,4% da População Economicamente Ativa (PEA). É uma participação crescente. No início dos anos 80, elas representavam apenas 31,3% da PEA, número que subiu para 35,5% em 1990. Mas, na média, a mulher recebe aproximadamente 64% do que recebem os homens no desempenho das mesmas funções.

Essa mudança no mercado de trabalho tem profundas implicações na economia e no ambiente social e político do país. Principalmente pelo fato de que a mulher, hoje, já não busca no trabalho apenas uma realização pessoal ou complemento da renda familiar. O ganho delas tem sido, em um grande número de casos, fundamental para o sustento da família.

O relatório do Fundo de População das Nações Unidas, em seu relatório "A situação Mundial da População 2000", é enfático em apontar que a discriminação contra as mulheres, além de moralmente condenável, tem forte impacto negativo na economia. O problema, segundo a ONU, deve ser encarado com urgência, não apenas em respeito aos direitos humanos, mas também como prioridade para o desenvolvimento. "Garantir que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e igual acesso à educação, trabalho, propriedade e crédito reduz a mortalidade infantil, melhora a saúde pública, reduz o ritmo de crescimento demográfico e fortalece a expansão econômica", conclui o relatório. E mais: "promover o tratamento igualitário a homens e mulheres contribui para um crescimento estável e desenvolvimento de sistemas produtivos com benefícios sociais, além do estritamente econômico".

No Brasil, segundo o mesmo relatório, a taxa de mortalidade relacionada a mortalidade relacionada à maternidade é de 160 por cem mil partos de crianças vivas. Comparando-se com os sócios do Mercosul, na Argentina este número é 38, no Uruguai 21 e no Paraguai, 190. Na América Latina, a pior taxa é a da Bolívia, com 390. Nos países ricos, como Estados Unidos e Alemanha, o número é 8, na França 10 e na Suíça, 5.

A mulher brasileira também enfrenta a disparidade de tratamento quando se trata de Previdência Social. A Secretaria de Previdência Social informou, semana passada, que, embora vivam mais, enfrentem a solidão na velhice e muitas vezes sejam o único sustento da família, o número de mulheres vinculadas à Previdência é de 36,6%, enquanto o de homens é de 42,1%. Esses números se referem ao ano de 1999, o que significa que 16,7 milhões de mulheres estavam sem nenhuma proteção previdenciária. Essa questão merece nossa profunda preocupação, diante da evidência de aumento da proporção de mulheres entre os idosos. O IBGE projeta, para 2020, que para cada 10 mulheres com mais de 70 anos, haverá 7 homens nesta faixa etária no Brasil.

São preocupantes, ainda, as informações do IBGE e da Secretaria de Previdência Social indicando que além de viverem mais que os homens, a metade das mulheres chegam aos 65 anos sem companheiro. Das mulheres com cobertura previdenciária, 58,6% são chefes de família no Nordeste e 49,4% no Sul. Quase 33% das famílias mais pobres do Nordeste são chefiadas por mulheres que recebem até um salário mínimo e um quarto das famílias das favelas e bolsões de pobreza em torno dos centros urbanos também são chefiadas e sustentadas por mulheres.

Governo, sociedade e partidos políticos precisam encarar esses números com a preocupação que merecem. Essa realidade precisa ser avaliada com urgência e enfrentada com vigor e disposição, sob o risco de comprometermos nosso desenvolvimento econômico e social. Sem o enfrentamento dessa questão, imediatamente, estaremos sob a ameaça de mais miséria, mais violência, mais desassossego, mais injustiça.

Não podemos deixar, no entanto, de vermos os aspectos positivos e a promessa de que, talvez, a mulher venha a ser a principal protagonista da revisão total desse quadro, em benefício delas mesmas e de toda a sociedade. São estimulantes e nos inspiram otimismo o aumento da participação das mulheres em todos os setores e áreas da vida nacional.

Levantamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), publicado pela *Veja* desta semana, indica que as mulheres serão a maioria dos pesquisadores nacionais dentro de três anos. Atualmente, 56% de nossos cientistas são do sexo masculino. Mas entre os mais jovens, até os 24 anos, são seis moças para cada quatro rapazes dedicados à pesquisa científica.

Veja também cita o livro *Mulheres que Ganham o Prêmio Nobel em Ciências*, da jornalista Sharon Bertsch McGrayne, que tenta explicar por que até 1994, quase um século após a criação do prêmio, apenas nove mulheres foram laureadas, menos de 3% dos vencedores. Desde o lançamento do livro, só mais uma mulher entrou para a lista, a alemã Cristiane Nüsslein-Volhard, que dividiu o Nobel de Medicina com dois colegas em 1995. A autora conclui que "elas sobreviveram nas ciências porque eram absolutamente determinadas e apaixonadas pelo que faziam".

Na Magistratura brasileira, entre as turmas mais jovens, principalmente na Justiça do Trabalho, também já é maior o número de mulheres juízas. A prosseguir o ritmo atual de ingresso, dentro de uma década, a maioria das Varas da Justiça do Trabalho estarão ocupadas por mulheres. Um número totalmente

desproporcional ao que existe hoje em relação Tribunais Superiores, cuja composição, em sua esmagadora maioria, reflete uma realidade anterior aos anos 70, década que marcou, definitivamente, a ascensão da mulher no mercado profissional brasileiro.

É instigante o fato de que, somente no ano passado, nossa Suprema Corte passou a contar, pela primeira vez, com uma mulher, a Ministra Ellen Gracie Northfleet. Nossa expectativa é que essa desproporção também verificada no Judiciário se reverta, embora nos exames de acesso à judicatura, apenas cerca de 30% das vagas estejam sendo preenchidas por advogadas, nos últimos concursos.

As mulheres já são maioria entre as aprovadas nos vestibulares, já possuem proporcionalmente maior grau de instrução, estão ampliando sua participação no mercado de trabalho, inclusive nos cargos de direção. Ampliaram sua participação no atletismo e nas artes. São fatos alvissareiros que precisam ser estimulados em busca de maior equidade e de maior desenvolvimento social e econômico para o Brasil.

Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, no Brasil de 2001, surgem indícios e evidências de que se concretizará a expectativa de que o Século XXI

terá como uma de suas principais características sociais, culturais e econômicas, senão a maior delas, a ampliação do espaço da mulher em todas as sociedades.

Isso é bom, isto é justo e é isto que a sociedade brasileira e a comunidade internacional desejam e precisam. É impositivo, no entanto, que todos, homens e mulheres, apressemos e queimemos etapas na busca desse objetivo. Cidadãos e cidadãs conscientes e comprometidos com a justiça devem, de mãos dadas, ombro a ombro, homens e mulheres, caminharmos juntos e construirmos o futuro que desejamos e que as futuras gerações já nos cobram.

Parabéns, mulheres, pelas vitórias e conquistas! Parabéns mães, esposas, filhas, irmãs! Parabéns trabalhadoras deste Brasil que só será justo quando lhes assegurar o espaço, respeito, oportunidades e a liberdade que merecem.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

(Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados)

(Comissão instalada em 12/9/2000)

PRESIDENTE: Deputado ALBERTO GOLDMAN

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Jonas Pinheiro

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Chaves

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Lúcio Alcântara

Relator-Geral do Orçamento: Senador Amir Lando

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

FELIX MENDONÇA
FERNANDO GONÇALVES
JOSÉ CARLOS ELIAS
ARNON BEZERRA
ALBERTO GOLDMAN
ALEXANDRE SANTOS
ANIVALDO VALE
ADOLFO MARINHO
SÉRGIO GUERRA
HELENILDO RIBEIRO
JOÃO LEÃO
NÁRCIO RODRIGUES
NILO COELHO
PAULO KOBAYASHI
PAULO MOURÃO
PEDRO CANEDO

1 – EDUARDO PAES
2 – NILTON CAPIXABA
3 – RENILDO LEAL
4 – MAX ROSENMAN
5 – FÁTIMA PELAES
6 – JUQUINHA
7 – LIDIA QUINAN
8 – MARCUS VICENTE
9 – MÁRIO NEGROMONTE
10 – PEDRO HENRY
11 – RAIMUNDO G. DE MATOS
12 – RICARTE DE FREITAS
13 – ROBERTO ROCHA
14 – DANILO DE CASTRO
15 – RICARDO RIQUE
16 – JOÃO ALMEIDA

MILTON MONTI
ARMANDO ABÍLIO
DOMINICIANO CABRAL
EUNÍCIO OLIVEIRA
JOSÉ BORBA
JOSÉ PRIANTE
MARÇAL FILHO
NAIR XAVIER LOBO
PEDRO CHAVES
PEDRO NOVAIS
SILAS BRASILEIRO
RENATO VIANNA
IGOR AVELINO

1 – ANTÔNIO FEIJÃO
2 – CORIOLANO SALES
3 – DARCÍSIO PERONDI
4 – JORGE WILSON
5 – ALBERTO MOURÃO
6 – OLAVO CALHEIROS
7 – JORGE ALBERTO
8 – JOSÉ CHAVES
9 – WALDEMIR MOKA
10 – TETÉ BEZERRA
11 – JOÃO HENRIQUE
12 – ALCESTE ALMEIDA
13 – VAGO

ANTÔNIO C. KONDER REIS
ARACELY DE PAULA
CÉSAR BANDEIRA
JORGE KHOURY
LAURA CARNEIRO
LUCIANO CASTRO
MUSSA DEMES
NEUTON LIMA
OSVALDO COELHO
PAULO BRAGA
SANTOS FILHO
WILSON BRAGA

1 – BENITO GAMA
2 – ATILA LINS
3 – FRANCISCO GARCIA
4 – FRANCISCO RODRIGUES
5 – JAIME MARTINS
6 – JOÃO RIBEIRO
7 – EXPEDITO JÚNIOR
8 – JOSÉ THOMAZ NONÓ
9 – ILDEFONSO CORDEIRO
10 – ZILÁ BEZERRA
11 – GERSON GABRIELLI
12 – GERVÁSIO SILVA

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

JORGE BITTAR
JOÃO COSER
VIRGÍLIO GUIMARÃES
JOÃO GRANDÃO
LUIZ SÉRGIO
PEDRO CELSO
CARLITO MERSS

1 - JOÃO PAULO
2 - ARLINDO CHINAGLIA
3 - JOÃO FASSARELLA
4 - FERNANDO MARRONI
5 - DR. ROSINHA
6 - GILMAR MACHADO
7 - PROFESSOR LUIZINHO

IBERÉ FERREIRA
ALMIR SÁ
NELSON MEURER
ROBERTO BALESTRA
CLEONÂNIO FONSECA
WAGNER SALUSTIANO

1 - ELISEU MOURA
2 - JOÃO TOTA
3 - ARY KARA
4 - AUGUSTO NARDES
5 - MÁRCIO REINALDO MOREIRA
6 - RICARDO BARROS

AIRTON DIPP
EURÍPEDES MIRANDA
GIOVANNI QUEIROZ

1 - FERNANDO CORUJA
2 - OLÍMPIO PIRES
3 - POMPEO DE MATTOS

GONZAGA PATRIOTA
SÉRGIO MIRANDA

1 - AGNELO QUEIROZ
2 - DJALMA PAES

JOÃO CALDAS
PASTOR VALDECI PAIVA

1 - EUJÁCIO SIMÕES
2 - MARCOS CINTRA

JOÃO HERRMANN NETO
RUBENS BUENO

1 - AGNALDO MUNIZ
2 - CLEMENTINO COELHO

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

RAMEZ TEBET
WELLINGTON ROBERTO
NABOR JÚNIOR
GILBERTO MESTRINHO
AMIR LANDO
CARLOS BEZERRA
MARLUCE PINTO

1 – ALBERTO SILVA
2 – GILVAM BORGES
3 – NEY SUASSUNA
4 – VAGO
5 – VAGO
6 – VAGO
7 – VAGO

MOZARILDO CAVALCANTI
MOREIRA MENDES
JUVÊNCIO DA FONSECA
CARLOS PATROCÍNIO
JONAS PINHEIRO
VAGO

1 – JOSÉ JORGE
2 – ROMEU TUMA
3 – HUGO NAPOLEÃO
4 – FRANCELINO PEREIRA
5 – GERALDO ALTHOFF
6 – EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

ANTERO PAES DE BARROS
LÚCIO ALCÂNTARA
LUIZ PONTES
ROMERO JUCÁ

1 – RICARDO SANTOS
2 – SERGIO MACHADO
3 – OSMAR DIAS
4 – LÚDIO COELHO

EMILIA FERNANDES
LAURO CAMPOS
TIÃO VIANA
SEBASTIÃO ROCHA

1 – ANTONIO CARLOS VALADARES
2 – EDUARDO SUPLICY
3 – JOSÉ EDUARDO DUTRA
4 – JEFFERSON PÉRES

PAULO HARTUNG

1- ROBERTO FREIRE

CONGRESSO NACIONAL

ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador JOSÉ SARNEY

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado AÉCIO NEVES (PSDB-MG) Telefones: 318-5648 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador JADER BARBALHO (PMDB-PA) Telefones: 311-2441/47 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) Telefones: 318-5825 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senadora HELOÍSA HELENA (Bloco PT/PDT-AL) Telefones: 311-3197/3199 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) Telefones: 318-5701 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JOSÉ SARNEY (PMDB-AP) Telefones: 311-3430/3431 e 311-3259/3496/4777

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	**04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4063	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e-mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS